



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por CM Ílhavo, Ar. 5

9.2.2024

ATA

Sessão Ordinária de Novembro - 30NOV2023

N.º 24/2021-2025

Data: 30 de novembro de 2023 (quinta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Cláudia Cristina Fernandes Reigota.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do PSD: Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria e Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes (em substituição de João Pedro Ribau Casqueira, suspensão de mandato).

Grupo Municipal do Partido Socialista: Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos.

Ordem do Dia

A segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro, retomou os trabalhos a partir do ponto 4 da respetiva Ordem do Dia:

Ponto 4. **"Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2024"**. Ato deliberativo: aprovação:

4.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2024.

4.2. Derrama para 2024.

4.3. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2024.

Ponto 5. **"Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. **"Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024"**. Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

As 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':42")

«Boa noite a todos. Boa noite ao executivo. Sejam bem-vindos à segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro.

Vou começar por pedir à nossa Segunda Secretária que faça a chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (08':05")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (10':10")

«Vamos suspender os trabalhos em 5 minutos para que o senhor Presidente da Câmara chegue.»

Retoma dos trabalhos às 21:13.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':15")

Boa noite a todos. Peço imensa desculpa por este atraso. Vamos tentar cumprir com o que está delineado e evitar situações destas e que os trabalhos comecem às 21:00. Muito bem. Vamos dar então continuidade à nossa ordem de trabalhos nesta segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 4. "Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2024".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':41")

«Avançamos já para o ponto 4, “Aprovação do Pacote Fiscal para 2024: IMI, Derrama e IRS”. À semelhança dos anos anteriores, proponho que os três pontos sejam discutidos em conjunto e votados em separado. Para tal, a Mesa concede a cada grupo municipal mais 50% do tempo de intervenção que está previsto para apreciação de um ponto. Ou seja, acresce ao tempo estipulado mais de metade desse tempo. E começo por dar palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (14':18")

«Muito boa noite a todas e a todos. A quem lá está em casa também. E, em nome do Senhor Presidente, também, mais uma vez reitero o cumprimento a todos os Autarcas e à comunicação social, se também estiver aqui ou fora daqui a registar esta Assembleia.

Aquilo que nós hoje vamos discutir aqui, que solicitamos a vossa aprovação perante as pressupostas de deliberação, que têm nos seus considerandos um trabalho bastante empenhado daquilo que são os colaboradores municipais e as decisões do Executivo para o próximo ano de 2024, com base naquilo que também é a Lei das Finanças Locais, a 73, e todos os outros Decretos-Leis associados, como são mencionados nos nossos considerandos.

O IMI que nós apresentamos para 2024 tem por base, e mantém essa base, um olhar atento sobre aquilo que também é a revisão regulamentar que estamos a fazer no Edifício Regulamentar da Câmara, e todos estes impostos também têm uma ligação direta, porque todos os apoios diretos ou indiretamente que a Câmara presta às Associações, às IPSS, àquilo que é o Fundo de Apoio Municipal e a Rede de Intervenção Local Social do Município de Ílhavo, consideramos nós que são sempre instrumentos vitais para o acompanhamento e o apoio das nossas famílias, quer aquelas que tenham dificuldade, ou que possam vir a ter,

ou que já tiveram, integração e cooperação de todas estas decisões com as Associações e IPSS do Município.

E, portanto, considerando que o número de agregados com dependentes de 1, 2, 3 ou mais filhos anda a rondar 3.190 agregados, na sua totalidade; considerando que a receita líquida nos últimos anos teve, aqui, oscilações, tendo, até hoje, registado um pico em 2020, face àquilo que foi a receita de 21 e 22, e, agora, em 23, que temos, aqui, até setembro, não tendo ainda a referência final daquilo que é o valor do IMI a considerar, pensamos que esta taxa, que olha e continua a olhar para, ou não deixa de olhar para isso, para uma beneficiação para aquelas famílias que têm dependentes até 3 ou mais, com a beneficiação, e, de acordo com o decreto regulamentar, dos 20, dos 40 e dos 70 euros. Em que nós continuamos a fazer, também, aquilo que é o nosso reforço do quadro de pessoal e fazer estudos, também, sobre aquilo que são os imóveis devolutos e degradados no Município de Ílhavo, tentando que também as majorações de 30% face à taxa de registo sejam, cada vez mais, frequentes no nosso Município. E que, também, por sua vez, depois, ainda com uma revisão que possa surgir assim que o Edifício Regulamentar também seja feita, possamos ver também a isenção nas recuperações com via daquilo que possa ser a rentabilidade também naquilo que são as rendas.

E, portanto, valorizando tudo isto, aquilo que é a certificação energética dos edifícios, por isso apresentamos esta taxa de 0,31, olhando também que em 2024 chegaremos ao valor mínimo. É evidente que não podemos desconhecer aquilo que são as intenções do Governo, independentemente da sua queda, de querer fazer um estudo pormenorizado, que se admite que aconteça em 24 e os novos coeficientes possam entrar em 25, pelo que, em termos práticos, só se aplicarão em 26. E, portanto, conduzindo a tudo isto, apresentamos esta proposta de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis.

Passando para aquilo que é Derrama e olhando para o documento em pormenor, que passou pela Assembleia, pela reunião de Câmara, deixar três notas prévias. Primeiro que aquele ponto que nós, em concordância no Executivo Municipal, retirámos para que esta taxa tivesse a aprovação por maioria, com a exclusão do ponto ii da proposta, com a abstenção do PS e do PSD, com declaração de voto, tem um princípio, para mim, que deveria ser repensado e já algum tempo que o defende. A Derrama municipal para aparecer aqui, com uma taxa reduzida, tem que olhar diretamente para a Lei das Finanças Locais, para a Lei 73/2013, para os seus pontos 23 e 24, em que as isenções ou taxas reduzidas das Derramas previstas no número anterior, tem a ver com a Assembleia Municipal e a relação da Câmara com a Assembleia Municipal, devem ser votada aqui um Regulamento que vincule e que delibere o lançar de uma taxa reduzida de Derrama. E, portanto, o que nós indicamos aqui é 0,01 e nunca poderia ser zero, por assim dizer, em consonância com o que se tem que passar nos últimos anos. Admitindo que este processo não está tão bem como eu gostaria de o ver, fizemos no Executivo, tomámos esta decisão por proposta, também, dos partidos, do PS e do PSD, nomeadamente do PS, em rever esta situação e voltar a manter a situação taxa zero. O que me parece que não é um compromisso correto com a Lei. No entanto, aceitarei todas as posições que os senhores autarcas quiserem sobre essa matéria, referindo sempre que a Lei 73/2003, no seu artigo 18, que fala exclusivamente da Derrama, tem uma interpretação diferente daquilo que nós estamos aqui a fazer, não deixando de estar no seguimento daquilo que tem sido feito anteriormente. E, portanto, proponho-me, e o Executivo, nomeadamente o Executivo que está em funções, propõe-se criar esse Regulamento para que no próximo ano, então, chegamos aqui a uma conclusão.

Também o porquê da taxa de 1,5%? Parece-me que todas as empresas, independentemente daquilo que se está a passar na economia mundial, e olhando muito para aquilo que é a taxa de desemprego, verificando aquilo que se registava em 12 de 2013, onde tínhamos quase 2.500 desempregados, em outubro de 2023 temos 941 desempregados, parece-me que há alguma estabilidade no setor empresarial. Não poderei dizer que a produção está em pleno, porque reconheço perfeitamente, através das visitas empresariais, daquilo que está a acontecer, inclusive com algumas empresas do nosso território, algumas dificuldades, mas recordei que esta taxa atua sobre os lucros e não atua sobre outras matérias. E, portanto, deixarei também aqui para ouvir os considerandos necessários da Assembleia Municipal.

Relativamente à taxa variável do Imposto sobre o Rendimento, voltamos aqui a propor a redução de um ponto percentual para quatro, no sentido também de que observemos que esta taxa exige aos munícipes, exige a todos, aquilo que é o artigo 78, até mesmo a lei que há bocado referi, sobre as deduções à coleta e o registo que todos nós temos que fazer para que a coleta líquida seja realmente depois aplicado estes 4%. Se não houver rigor de todos aqueles que são os contribuintes, pois será difícil esta receita.

Portanto, deixaria estas três notas, ou estas notas, sobre aquilo que é o Pacote Fiscal para 2024. E, portanto, estaria disponível depois para responder a algum esclarecimento que não esteja nos consideramos ou na proposta em si. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':34")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Ontem terminámos o ponto 3 com a rotação de intervenções PSD, Chega, PS e 'Unir'. Retomamos neste ponto 4 as inscrições com o Chega, PS, 'Unir' e PSD.

Vou abrir as inscrições para esta primeira ronda perguntando ao Chega? Não? Muito bem. PS? Ora bem, temos o Pedro Martins e o Luís Leitão. Do 'Unir'? José Pinto Reis. Do PSD? Flor Agostinho. É tudo? Muito bem.

Então começamos pelo Pedro Martins. Não? Prescinde? Luís Leitão.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (25':10")

«Muito boa noite, Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimos colegas de bancada, público aqui presente e a todos aqueles que nos escutam através das redes sociais.

Gostava, antes de mais, de deixar uma nota sobre esta questão do Pacote Fiscal. Acho uma boa metodologia que estamos a seguir, desde o ano passado, juntar as diversas propostas e discuti-las. Vou prometer não gastar o tempo todo, mas devíamos ter duas vezes o nosso tempo, uma vez que estamos a juntar. Não é necessariamente mais, não é necessariamente menos, e, portanto, se fosse o caso, acho que deveríamos contemplar nessa questão.

De qualquer forma, tal como deveria ter sido em 2023 sobre este Pacote Fiscal, deveríamos ter, neste pacote, medidas que mitigassem o aumento do custo de vida, nomeadamente o custo de vida que se refletiu imenso no custo da habitação, também na energia, o impacto da subida da inflação junto de famílias e empresas. É evidente que na sua essência, compete muito mais ao Governo do que necessariamente a uma Autarquia. Mas cada um, na partilha das suas responsabilidades, deve também tomar algumas medidas nesse sentido. Não vislumbro um cuidado muito elevado a esse nível. Podíamos também dar continuidade a políticas de apoio à comunidade e à economia local.

Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o famoso famigerado IMI, um imposto que eu, por natureza, sou totalmente contra, não entendo. Percebo a origem, a razão de arranjar dinheiro de alguma maneira. Mas considera um imposto, pessoalmente, muito pouco justo, mas aqui a minha opinião, se calhar, conta muito pouco a esse nível. No entanto, a taxa a aplicar, entendemos no Partido Socialista em particular, já que não pode ser zero que seja a mínima, que seja de 0,3, o que corresponde ao limite mínimo legal passível de aplicação e cobrança, no caso prédios rústicos seria sempre 0,8%, porque se tratar de uma taxa fixa. Mas também a taxa mínima porque as contas do município já há muito tempo que refletem a capacidade e autonomia de, através de outras origens, poder fazer a gestão tranquila da sua atividade.

Como sabem, desde há bastante tempo, e devidamente fundamentado na nossa proposta eleitoral, defendemos a aplicação da taxa mínima de 0,3%, e não o fazemos, hoje, apenas porque sim. Portanto, consideramos que a redução progressiva para 0.31 e mais tarde para 0,3, é insuficiente. É insuficiente face às necessidades das famílias e de um alívio também da carga fiscal. Insuficiente face à capacidade comprovada do município para absorver este montante desde há vários anos. É insuficiente também porque esta receita se mantém a rondar os 7 milhões de euros, mesmo reduzindo a taxa progressivamente. Isto devido à crescente dinâmica imobiliária no Concelho, mas também no país.

É também não displicente esquecer a questão da reabilitação urbana, em que devia estar também previsto, mas essencialmente implementado, o mecanismo que permite majorar ao triplo a taxa aplicável aos imóveis devolutos há mais de 1 ano ou em ruínas, e, em contrapartida, reduzir a taxa para os imóveis intervencionados, estimulando os municípios a reabilitar os seus imóveis. Sei que é um problema de fiscalização, ou de recursos da Câmara, identificar esses imóveis, mas é uma obrigação social. É para isso que, neste caso, também, ou nos poucos casos, em que a ação pedagógica da pressão e da polícia sobre o mercado para obrigar a dar corpo legal a situações que são, hoje, de interesse comum. Por se tratar também de um sonho, sonhávamos também uma novidade neste pacote fiscal. Uma novidade que o município, face às circunstâncias em que vive, pretenderia neste próximo ano abdicar da taxa total de participação variável de IRS nos municípios. O Partido Socialista não pede a taxa total. Eu acho que sonhávamos essa parte. E aí porquê, senhor caro colega? Porque,

neste momento, fixada nos 4% do valor pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste território, estamos a falar de apenas 2 milhões de euros de cobrança. E, portanto, não é assim nada que não possa ser atribuído, devolver a quem trabalha, a força de quem trabalha, que paga um imposto adicional que reverte a favor de uma Câmara Municipal que, manifestamente, não tem revelado pela sua dinâmica necessidade de usar dinheiro. Se dúvidas houvesse vejam o crescente aumento do saldo de gerência desta Câmara. E, portanto, se o dinheiro serve para investir, o dinheiro serve para gerar progresso, o dinheiro serve para gerar trabalho, o dinheiro serve para gerar qualidade de vida. O dinheiro no banco protege, pontualmente, um investimento e dá guarda para alguma situação que se venha a estar planeada, ou protege os usurários que vão utilizar o dinheiro para vender alguém muito mais caro e provavelmente a pagar quase nada. Há uma coisa que é certa. Se já dantes era assim, nos tempos que vivemos com a taxa de inflação, dinheiro no banco é perder posse, dinheiro no banco é desperdiçar recursos, é por 100 e ficar com 98. No caso que vivemos no ano passado, com uma inflação galopante, para quem poderia ter investido, dinheiro no banco é ter 100 é ficar com 90 ou 85 ao final de 1 ano.

Portanto, meus senhores, o critério de gestão de uma empresa, o critério de gestão de uma autarquia não é necessariamente um critério de gestão de bolso de uma família. Os critérios são diferentes e os momentos são os da inteligência, da oportunidade, da pertinência de gestão e da ousadia de saber estar quando é preciso. Estar quando é preciso compete a quem lidera, a quem governa. Seguir é para quem é mandado. E quem quer liderar de forma progressiva uma autarquia tem que ser ousado e audaz.

Por se tratar de um sonho, sonhávamos, dizia eu, uma novidade no pacote fiscal que poderia ser devolver 2 milhões de euros ao bolso dos cidadãos. Todos nós estamos a contribuir para a Câmara com o nosso IRS, com 4%, que a Câmara está a desperdiçar parado o dinheiro no banco. Poderíamos nós ou não fazer melhor ao nosso dinheiro? Provavelmente, sim. E porque o ganhámos se ele não é aplicado de um lado, poderíamos todos alegremente fazer um almoço em família. Era o nosso direito, o dinheiro era nosso. Foi ganho por nós.

Esta verba deveria ser aplicada de forma solidária, a favor do bem comum e concorrente para o reforço do investimento público nas mais diversas áreas de intervenção da Autarquia, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Ílhavo. Será que este valor de cobrança tem sido destinado a este fim? Consideram os ilhavenses esse reconhecimento?

É também altura de falarmos um pouco sobre a Derrama.

A derrama, se for alvo de uma discriminação positiva, permite, dessa forma, apostar na promoção e divulgação do Concelho, das suas potencialidades e oportunidades de investimento existentes. Tem como objetivo a valorização do tecido económico local e discordamos recorrentemente da taxa máxima para estimular a fixação, porque devemos estimular a fixação de novas empresas. Defendemos, genericamente, objetivos de competitividade, uma competitividade territorial, que possam fazer com que o nosso Concelho seja, no mínimo, tão competitivo como aqueles que, por força de um conjunto de negociações, oferta de terrenos para instalação de grandes empresas, oferta de redução de Derrama, por exemplo, como é vulgar nalguns sítios que cativam algumas empresas para se instalarem. Pretendíamos isenção também, por exemplo, às novas empresas. Era uma ousadia que deveria ser tomada, a pequenas e médias empresas que são geradoras, por exemplo, de pelo menos, cinco postos de trabalho. Poderíamos ter uma política de isenção inteligente, discriminativa, positiva e inteligente, nomeadamente porque falámos aqui, ontem, por exemplo, de que, a Diana falou na questão do comércio local, o Senhor Presidente falava também na falta de necessidade de uma associação de comerciantes. Ontem já não lhe pude dizer nada sobre esse assunto, mas uma associação de comerciantes é, provavelmente, hoje um modelo que já provou que fracassa tradicionalmente ao longo. Era um modelo dos anos 70, um modelo dos anos 80 e com a dinâmica atual, por um lado o poder associativo, por outro lado a dinâmica das associações, cai por um conjunto de circunstâncias. Muitas vezes porque se tornaram também umas associações sem liderança, dependentes dos caprichos das autarquias e, portanto, mais não foi do que muitas vezes alvo de uma pedinchice local para fazer mais uma rifas e umas cornetas para a música no Natal. E então, aí sim, e muito bem, a Câmara com a sua dinâmica, as Freguesias com as dinâmicas, muitas vezes partilhadas com a autarquia, poderiam elas, sim, ser esse motor dinamizador. Não precisamos da desculpa de, sob a alçada de termos o interlocutor, tomarmos medidas que poderiam ser só nossas. E, portanto, a autarquia pode e deve assumir essa ambição porque não necessita de um qualquer representante, de uma qualquer associação de comerciantes.

Sei que não é um problema deste mandato, sei que não é um problema, também, que seja só atribuível a uma gestão dum qualquer partido ou de um grupo de cidadãos, mas a Derrama para quê? Que destino se dá normalmente às derramas? A maior parte das vezes é uma

forma de captar mais recursos para as câmaras, mas a derrama tem também uma obrigação, uma obrigação que é de criar condições, essencialmente aos munícipes que são alvo das penalizações da instalação de algumas indústrias. Digamos, por exemplo, os cidadãos da Gafanha da Nazaré deveriam beneficiar diretamente do apoio por estarem junto ao Porto Comercial e estarem a ser penalizados pelos serviços do Porto Comercial. Não é Gafanha da Nazaré que beneficia da dinâmica do Porto Comercial. É o concelho, é o distrito e é o país. Mas quem chupa com a poluição, com o pó nas nossas janelas, com o pó que estraga todos os eletrodomésticos que ali temos, sou eu, o Carlos António, a Margarida, o André e todos aqueles que vivem na Gafanha da Nazaré, o Pedro Martins, a Diana, o senhor Vereador, a Senhora Vereadora, e todos os outros ficam-se a rir. Era para isso que o Porto de Aveiro deveria também ele pagar uma taxa que poderíamos chamar de Derrama ponto 2, versão século 21. A PRIO pode e deve pagar uma derrama. Uma derrama elevada, tem muitos resultados, tem muitos lucros. Sim, essas empresas podem pagar. O Senhor Manuel, provavelmente, não. O Senhor Manuel tem dificuldade em manter o seu posto de trabalho e de se empregar a ele e à sua esposa. O Senhor Manuel, mesmo que dê algum lucro, não tem necessariamente que pagar uma derrama. E vamos a ver... empresa do Senhor Manuel pela força do movimento familiar que produz o seu negócio, mais não contribuiria do que, provavelmente, com 3 euros e meio para a Derrama.

Portanto, há que criar condições para que estas empresas, na verdade, que faturam, neste caso, abaixo de 150 mil euros não paguem.

Mas sim... quem se instala, quem investe milhões, muitas vezes, para instalar uma empresa que contrata 200 ou 300 colaboradores, 400 ou 500, é indigno a forma como nós recebemos quem lá trabalha é indigno, não termos serviços públicos de transporte, é indigno não termos a capacidade de um jovem terminou o curso, mal tem dinheiro para alugar um quarto, tenha que comprar uma viatura para se deslocar para o trabalho, para a Zona Industrial da Mota, por exemplo, porque não há transportes, no ano 2023, para a zona industrial da Mota. Peçamos sim que contribuamos com algum desse dinheiro que fica parado no banco para se pagar, por exemplo, uma viatura elétrica que circule de meia a meia hora, nos horários coincidentes com os turnos laborais, que ofereça a possibilidade de alguém que vem de Aveiro ou que chega com o autocarro até o centro de Ílhavo e que depois não tem localização que possa beneficiar gratuitamente desse serviço. Isso sim, é ser ousado, é fazer diferente. Mudar é pensar diferente, não é seguir as políticas dos outros.

E para isso, sim, servem as derramas para que os estacionamento à porta das fábricas que, num dia como hoje está inundado de água, as pessoas possam sair dos seus carros. A derrama serve para que haja um estacionamento digno para quem trabalha.

E isto é quem normalmente fica esquecido porque normalmente não dá votos, as pessoas reclamam por outras coisas, mas é indigno termos uma zona industrial terceiro mundista a certos níveis. Líder na qualidade das suas empresas, altamente terceiro mundista na qualidade dos seus recursos. Onde é que estão as acessibilidades? Sim, temos agora algo para andar de bicicleta, uma estrada que vai dar a lado nenhum, muitas das vezes. Não é culpa deste Executivo, é culpa dos Executivos todos. Onde está o estacionamento? A rede de transporte público? Como é que podemos transformar a nossa zona industrial? O nosso Concelho, nalguns casos, com a dificuldade que é captar mão de obra, como é que podemos estar a continuar a fomentar a criação de ilhas que são as nossas zonas industriais? Criemos península, liguemo-las a algum lado, ou todos têm que ter carro para ir trabalhar? Onde anda esse investimento, Senhor Presidente? Onde anda o investimento na Zona Industrial?

Eu disse que estava tudo junto. Vamos lá cair um pouco na realidade. E falar também um pouco sobre as Opções do Plano. A proposta de Plano e Orçamento é no seu essencial. Ai não. Peço desculpa. Exato, porque isto vamos juntar as coisas todas e bem me parecia que isto estava separado em várias folhas. Muito obrigado. Ia lançado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (42':36")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

A brilhante intervenção de Luís Leitão depois condiciona-nos um pouco. Mas eu também venho só com dois ou três breves apontamentos.

O primeiro tem a ver com a Derrama. É verdade aquilo que o Presidente João Campolargo referiu, de que a Lei 73/2013, assim é que é Lei que o Presidente Campolargo referiu, refere que é necessário um regulamento para que efetivamente os municípios possam isentar os sujeitos passivos de Derrama. É um facto. Mas bem... essa lei de 2013 tem 10 anos de vigência. Por exemplo, aqui em Ílhavo, mas não só em Ílhavo, noutros municípios, tem havido isenção de Derrama para as empresas com o volume de negócios até 150 mil euros, e que, do meu conhecimento, nunca isso foi impugnado em tribunal. Não me parece que haja

questão e aqui em Ílhavo também nunca tivemos nenhum problema pelo facto de isentarmos essas empresas com volume de negócios até 150 mil euros, de as isentarmos de Derrama. Portanto, até hoje, não há histórico, não há notícia de questões. Mas é um facto, portanto, está lá previsto um regulamento efetivamente. E eu concordo, há a lei, é para cumprir. Digo sempre e também acompanho o Presidente João Campolargo nessa matéria. Está previsto um regulamento, efetivamente, deve ser trazido, deve ser preparado, deve ser feita uma proposta pela Câmara, e deve ser trazido aqui à Assembleia Municipal. Mas não é só para essa questão de isentar até 150 mil euros. Eu dou o exemplo do Município de São João da Madeira que é liderado pelo nosso camarada Jorge Sequeira, que tem a intenção, não sei se já concretizada, mas tem a intenção para este ano de isentar de Derrama as *startups*. É um exemplo de uma postura do município perante determinado setor de atividade, que visa incrementar a nova economia, as empresas das novas tecnologias, etc. E, portanto, deixo aqui esta recomendação, esta chamada de atenção à Câmara Municipal de que esse regulamento possa prever não só esta questão relativamente pequena, mas importante de isentar as pequenas empresas com volumes de negócios baixos, mas também tenha uma perspetiva mais alargada daqueles setores que merecem, digamos, que a simpatia do Município, que merecem ser acolhidas até no aspeto da política fiscal. Portanto, é uma sugestão que deixo aqui. Realmente, São João da Madeira com as *start-ups*, nós aqui com, eventualmente, com as pequenas empresas do setor da pesca, do turismo, etc., também de *startups*, porque também teremos alguma cultura de *startups*, talvez não com muita relevância, mas alguma, certamente haverá por aí. Portanto, é essa sugestão que eu faço. Sim, trazer um regulamento, mas que tenha em perspetiva esta realidade alargada da economia e, portanto, possa prever isenções para determinados setores ou subsectores de atividade económica. Era só esse aspeto que eu gostava, aqui, de referir, para já. E nada mais tenho a dizer. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (46’29’)

«Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite ao Executivo. Boa noite a todos. Para que enquadremos corretamente tudo aquilo que falámos, gostaria de lembrar que a taxa de juro Euribor, a 6 meses, no dia 17 de outubro de 2021 era negativa em 0,5%, 0,523. Hoje, essa mesma taxa, está a 4.05. Isto dá uma diferença de 4.57, que corresponde àquilo que é o custo do dinheiro, neste momento. Acresce também que passámos de uma época em que as taxas de inflação eram de zero em 2020, 1.3 em 2021, para 7.8 em 2022, e este ano prevê-se 5.6. Este enquadramento faz-nos ter noção de que aquilo que são as necessidades num ano, 2021, têm uma evolução natural causada pelas variantes, variáveis que a Câmara Municipal, que os particulares, que as pessoas individualmente, não controlam. E, por esse motivo, há que adequar, adaptar e sermos responsáveis e coerentes, sem perder a coerência. É também corrente a noção de que há 2, 3 anos existia concorrência na realização de obras públicas, existiam empreiteiros em número suficiente para se apresentarem aos trabalhos, nos valores próximos, ali na ordem dos valores que eram colocados a concurso. Esta realidade, hoje, não acontece, não existe. Ainda ontem fomos informados que para a realização de obras na ordem dos 500 mil euros, 460 mil euros, não apareceram empresas candidatas. Tudo isto também a crescer a tudo o que foi alteração dos preços das matérias-primas, dos bens essenciais, que levam a que os custos das famílias sejam incrementados. Mas também os custos da Câmara Municipal, também os custos das Associações, também os custos das Juntas de Freguesia. E todos estes aumentos têm que ter fontes de receita. E há que ter prudência quando se abdica da receita, de forma consistente e para o futuro. E ninguém compreende, muitas vezes, quando se tem que reverter a situação e quando se tem que aumentar os impostos. E é necessário que, hoje, tenhamos noção de que, e abordando, de certa forma, aquilo que é a utilização do saldo de gerência tão falado, ter o dinheiro no banco certamente que não é um bom negócio. Contrair empréstimos, neste momento, também não será o melhor negócio. E, por isso, há que gastar com prudência de forma a que aquilo que não se gastou hoje, possa ser utilizado amanhã. Hoje, os saldos de tesouraria das câmaras, de quase todas as câmaras municipais, têm um papel fundamental na gestão de tesouraria e na gestão de médio e longo prazo. Ou melhor dizendo, de médio prazo, não de longo prazo. E é necessário que haja estas receitas para garantir o funcionamento daquilo que é essencial, dos equipamentos, e como nós temos equipamentos no nosso município, felizmente que os temos, mas que necessitam de ser mantidos, que necessitam de manter a sua operacionalidade e a sua manutenção cuidada, e a manutenção é algo de todos os dias, é algo que implica custos. Hoje, temos espaços museológicos, temos o famoso aquário dos bacalhaus, que tem os seus custos. Gostaríamos de saber, por vezes, não faço ideia, quanto

é que custará manter aquele aquário. E é algo que não tem retorno. São equipamentos que não têm receitas suficientes para pagar a sua operacionalidade. E, por isso, terão que ser pagas também pelo orçamento municipal. E estas taxas servem também para isso.

Também servem para manter atualizados os protocolos que se fazem com as Associações, com as Juntas de Freguesia, com meio com quem a Câmara Municipal interage.

E para permitir também, claro que sim, também as obras estruturais que não tem que ser obras do regime, têm que ser estruturais sem que sejam megalómanos e sem que tenham impactos visuais para além daquilo que têm os impactos na vivência das comunidades.

Em relação à Derrama, não temos informação, mas são, certamente, poucas as empresas que pagam derrama no nosso município. O valor, tal como do IRS, também a Derrama são 2 milhões de euros. Devemos ter noção que aqui estamos a falar de uma taxa de 1.5, sobre os lucros tributáveis.

Por vezes, as pessoas não sabem que a taxa normal do IRC, que o Governo cobra, são 21. Quer dizer que o governo tem a capacidade de cobrar os 21 e a Câmara Municipal não teria essa faculdade de cobrar 1.5.

São o 1.5 que é fasto o investimento, os 21 não. Mas é que não se ficam pelos 21. Chegam a ser 30. Para uma empresa que tenha lucros superiores a 35 milhões de euros tem uma taxa de derrama estadual de mais 9%. E é isto, e são 1.5% que vai deslocalizar o investimento. O que deslocaliza o investimento são, muitas das vezes, as condições que são oferecidas noutros municípios, em que os terrenos estão a 1 euro e em que se para fazer uma instalação é quase gratuito. E outros municípios não têm essa capacidade para o fazer ou essa opção para o fazer. Não penso que seja a Derrama o fator essencial para que haja deslocalização de investimento. E mais... não conheço nenhum estudo que isso fique demonstrado.

Em relação à isenção, a famigerada isenção, foi exigida ao Executivo, estamos a falar, no seu limite máximo, em 15 euros. Uma empresa que tivesse um volume de negócios de 50 mil euros, e fosse todo lucro, pagaria 15 euros. E então obriga-se, exige-se que se cometa algo de legalidade duvidosa por 15 euros. Oh senhor Doutor.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (56':30")

«Não vamos entrar em diálogo. Está bem? Pode continuar, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (56':38")

Mas pronto... é isto. Se fizermos bem as contas $150.000 \times 0,01\%$, acho que dá 15 euros.

Em relação ao IRS. O IRS que hoje, a decisão que hoje tomamos aqui, eu julgo não estar enganado, é aquele IRS que vai ser recolhido, vai ser cobrado, vai ser arrecadado pela Câmara Municipal, em 2025. Hoje, temos no nosso orçamento cerca de 2 milhões e 300 mil euros. No anterior, eram 2 milhões, mas o que está previsto, para 2024, são 2 milhões e 300 mil euros. Mas para 2025 será menos. O Governo prevê uma diminuição do IRS arrecadado de mil e trezentos milhões de euros, a nível nacional. Extrapolar para o Município não é fácil. Mil e trezentos milhões seriam, aproximadamente, uma redução de 7% do IRS que, depois, é compensado com a diminuição do desemprego em 0,3 e os aumentos de 4,9% que os salários deverão ter. Não consigo compreender, não consigo extrapolar de qual será a diminuição que esta verba irá implicar nas contas de 2025. Agora, é muito provável que esse valor vá diminuir. E o que estamos a diminuir é de 5 para 4% do IRS a pagar. Não é de 5 para 4% do vencimento das pessoas, do salário bruto. Se uma pessoa tinha que pagar 100 euros, 5 seriam para o município, e o município está a abdicar de 1 e vai receber 4. Porque penso que não foi claro na intervenção anterior, estamos a falar desta realidade.

Em relação ao IMI, continuamos com aquilo que foi iniciado o ano passado, uma diminuição gradual, sustentada, daquilo que é a taxa do imposto que a maior parte dos nossos cidadãos não compreendem muito bem, e aí penso que partilham, com o Luís Leitão, este desagrado, e acho que estamos no caminho certo. Estamos com as isenções para os prédios requalificados com destino ao arrendamento; com as bonificações para os agregados familiares com dependentes e os agravamentos para os imóveis degradados. No fundo, estamos a ter atenção a todas as vertentes deste imposto. Muitas das vezes se diz que se aumentarmos a fiscalização vamos multiplicar por 3 a taxa dos prédios degradados. Pois, mas a partir do momento que eles se forem considerados degradados, o seu valor matricial diminuirá. Provavelmente, estamos a dar, estamos a subir, por um lado, e estamos a diminuir, por outro. Não é, descobri a pólvora. É prática. Ou as ruínas não têm o mesmo valor que um edifício que, supostamente, está habitado.

Resumidamente, é necessário que tenhamos uma política fiscal, que compete à Câmara, ponderada, para que se consigam continuar as funções vitais e as funções essenciais do

município. E por isso consideramos equilibrado o pacote fiscal que nos é apresentado e, logicamente, votaremos favoravelmente.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:02:04”)

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa, cumprimento novamente, desde há umas horas atrás, Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento todos os Vereadores do Executivo. Caros membros da Assembleia Municipal de Ílhavo, de todas as bancadas partidárias e do Movimento ‘Unir Para Fazer’. Caro público. Comunicação social. E a quem está em casa.

Eu tinha uma ideia de falar sobre estes pacotes, mas não posso deixar de ir ao passado. Quem alterou a taxa de 5% para 4, no IRS, foi o Partido Social Democrata, em 2019. Não foi o ‘Unir Para Fazer’.

O ‘Unir Para Fazer’ poderia reduzir para 3. Estamos com dificuldades, ouvimos falar das taxas Euribor, tenho conhecimento pleno da evolução das dificuldades que as famílias estão a passar... plena; é o meu dia a dia. Falamos de taxas Euribor, falamos de inflação, custo médio de vida, e, depois, uma coisa incrível, a diminuição que o Governo informou que vai haver do IRS. Sabem porque vai haver diminuição da receita do IRS? Eu vou explicar. Porque, de há uns anos a esta parte, Portugal vive uma valorização do salário mínimo, que está isento de pagamento de IRS, e uma não evolução, e aumentos que permitissem à classe média sobreviver a esta [*catatum...imperceptível no audio*] que acontecem com as euribores, com as com as taxas de inflação, etc., etc., etc.

O litro de azeite, neste momento, custa 10 euros. Há 1 ano, custava 3 euros e meio. Ok? Pronto. Para uma família de classe média isto tem um impacto de carga fiscal que é brutal, é brutal, é brutal.

E vir-nos dizer... ah, porque o Governo diz que vai diminuir o IRS. É verdade, porque cada vez mais os portugueses, mais portugueses, recebem o salário mínimo nacional. Deveria ser o contrário, porque isto é política de empobrecimento que tem levado a este país nos últimos anos. Portanto, nós temos que ver que as coisas são ditas, mas há um fundamento para elas acontecerem. E o Partido Social Democrata é defensor que o salário mínimo deve ser uma referência de mercado. Não é para generalizar, não queremos os portugueses mais pobres. Nós queremos que a classe média tenha dignidade e vemos um aumento do salário mínimo, da forma que tem sido há 8 anos para cá, e vemos que, na proporção, nem 1/3 o salário médio teve. Nem 1/3 da evolução teve e com o custo de vida aumentar para todos. O que é certo é que há pessoas que de salário mínimo, neste momento, recebem mais porque estão isentas de IRS do que algumas pessoas da classe média. Sejam claros. Por isso é que baixa a receita do IRS.

E esta questão da taxa dos 4%, foi o Partido Social Democrata que reduziu, em 2019, com impacto em 2020. Em 2021, houve eleições, fomos embora, tínhamos a perspetiva também de melhorar este indicador. Ou têm dúvidas? É que nós cumprimos a nossa palavra. O ‘Unir Para Fazer’, zero. A alteração relativamente a isto é zero, com o argumento que vai baixar a receita do IRS, segundo os dados do Governo.

Obras estruturais. Obras estruturais para o IMI, onde é que elas estão? Tirando as que não foram projetadas pelo Partido Social Democrata e aprovadas e postas a concurso. Onde é que estão essas obras estruturais? Não as vejo, não as sinto, sejam visíveis. Por isso é que eu estou a dizer, não as sinto. Porque até as obras de saneamento que já deviam estar concluídas, não estão. Não estão, não estão. Ainda andam a dizer, na Gafanha da Encarnação que foi o ‘Unir Para Fazer’ que, em semanas, projetou a obra. Porque eles conseguem o milagre das rosas, só pode ser. Só pode ser milagre das rosas, porque, de facto, é incrível. Só quem, de facto, não percebe o que é implementar e pôr a concurso... e há pessoas da Gafanha da Encarnação que dizem “não, esta obra é do Executivo do Fernando Caçoilo”. Se calhar já há pessoas que se arrependem do voto de confiança que deram, mas é a democracia, meus caros amigos, é a democracia.

E naturalmente que relativamente à questão da Derrama, eu ouço falar aqui na lei. Há a lei, pronto. Naturalmente que eu não sou legalista, mas também é claro que no artigo que é aqui apresentado, que é no artigo, peço desculpa, 18 da Derrama, no ponto 23, as isenções ou taxas reduzidas de derrama, previstas no número anterior, atendem em termos do regulamento tal, tal, tal, volume de negócios das empresas beneficiárias, setor de atividade e que as empresas beneficiárias operem no município, criação de emprego no município. Ora bem, nós já prevíamos esta isenção. E agora temos que ir além. Então, se eles dizem isenções ou taxas reduzidas, qual é a dúvida da isenção? Da implementação da isenção? Ainda vêm dizer que a lei isto, não estamos de acordo com a lei. Faça um regulamento, então. Estamos à espera dele. Se não concordam com as nossas isenções até 150 mil euros, eh pá,

façam o regulamento. Vamos falar sobre regulamento. Qual é o problema? Agora, a alínea é clara, e estamos a cumprir a lei, sempre cumprimos a lei, “as isenções ou taxas reduzidas”. Agora criar aqui a ilusão de uma taxa de 0,01 nas empresas. Vocês já viram o impacto que esta notícia tem? É mais carga fiscal. Vem mais uma taxa, uma tachinha. Afinal, não é só Partido Socialista que pensa nas taxas e tachinhas. Não venham acusar só o Partido Socialista porque querem fazer pior, não é? Querem fazer pior, porque a lei prevê isenções. Portanto, estamos a cumprir a lei

E, depois, ver no despacho escrito, por mão própria, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a retirada do ponto ii, por mão própria, com votação abstenção do Partido Social Democrata e do Partido Socialista. É assim...então, afinal, o que é que eu estou a aprovar neste documento? É a retirada desse ponto também? Ou seja, consideram que os 0,01 foi um erro de casting, mas foi apresentado? Ou é mais um *copy paste* que aparece aqui vindo do nada? Isto, 43 minutos dá muito para a gente falar.

É, de facto, preocupante esta ilusão que é criada às pessoas. E quando nós falamos de taxas, de impostos e de receitas municipais, nós temos que ter noção que advém e quando vimos para aqui falar, porque o governo central, ok. Mas o que é que está a originar isto? E nós, Partido Social Democrata, sabemos, porque, naturalmente, sendo um partido que está no arco da governação e vai a Orçamento de Estado e apresenta centenas de propostas, porque não andamos aqui só porque nos apetece, não é? Vamos fazer 50 anos de democracia. Somos fundadores dessa democracia. Cá estamos. Eu vou fazer 50 anos, graças a Deus. Graças a Deus, vivi sempre em democracia, pegando nas palavras de Luís Montenegro. Graças a Deus e espero eu que, graças a Deus, daqui a uns meses possamos ter uma governança diferente do Partido Socialista. Isto foi um aparte, foi um aparte, pronto. Peço desculpa, Senhor Presidente, mas não podia deixar de vir.

E, naturalmente, que também fico preocupada porque nós, quando estamos a falar das empresas com lucros e, depois, misturamos aqui o IRC dos 21, depois passa por mais 9... Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Isto é sobre os lucros. O IRC é outro assunto. Os 21% e, depois, aumenta 9%. Nós sabemos que aumenta. Agora, vir para aqui baralhar o trigo, não dá, mas é...

Eu sei que o incomoda, Pinto Reis, porque é assim, vem para aqui sempre com uma argumentação que é facilmente desmontada para quem sabe da poda, está a perceber? Quem sabe da poda, disto, tem que chegar aqui e, depois, tem que desmontar o seu discurso de baralhação, que foi o seu discurso, foi de baralhação, aqui.

E depois, também temos que explicar porque é que isto está a acontecer. Naturalmente que que nós aceitamos todas as sugestões. Agora, dizerem “nós reduzimos para 4%”, não, não! Fomos nós, está aqui, foi o Partido Social Democrata. Vocês não reduziram foi nada. Querem é acrescentar mais uma taxa de 0.01%. Ah desculpem, mas foi retirado, por mão própria, pelo Senhor Presidente de Câmara. O documento é público e qualquer cidadão no Município de Ílhavo pode verificar que foi isso que aconteceu. Porque nós, os nossos Vereadores, ainda sugeriram a hipótese de alterar o documento antes de ser posto à aprovação - e foi mais fácil, porque é mais fácil - com a exclusão do ponto ii da proposta, abstenção do PS e PSD com declaração de voto.

Ora bem., naturalmente que eu vou ter que ler aqui a declaração de voto, pelo menos do Partido Social Democrata, para as pessoas ficarem esclarecidas, não é? De uma forma resumida.

De uma forma resumida, falamos, naturalmente, da Derrama, como eu já falei aqui. E é por isso a minha intervenção, o Imposto Municipal sobre os Imóveis. Eu vou-vos dizer uma coisa. Nós falamos do saldo de gerência, e nós já lá vamos, porque vamos falar nos GOPs. Eu não vou confundir. Mas nós quando falamos do saldo de gerência, o que me preocupa é ele engorda, estar a engordar, o saldo de gerência, porque não há obra, não há investimento. É por isso que ele engorda. Houve uma altura, e o PSD, de facto, emagreceu o saldo gerência porque investiu. Por investimento. Não foi por gastar porque lhe apeteceu em festas e festivais. Não. Investimos mesmo no Concelho. Nós revolucionamos toda a orgânica do Concelho. Podíamos ter feito mais e melhor? Sem dúvida nenhuma. Errámos? Com certeza, não somos os donos da verdade e da perfeição. Aliás, isso não existe em democracia. Só se o Sérgio Louro conhecer essa realidade. Eu não conheço. Pronto também tinha que dar aqui. E nós, quando falamos na questão da inflação, eu acho que, aqui, devíamos, de facto, ter tido a capacidade de fazer, não é um mimo, mas um gesto na taxa do IRS. Não é porque vai haver uma redução, porque o Governo diz que vai haver uma redução da receita, que vamos manter. A redução vai acontecer porque as pessoas estão com dificuldade. E se 15 euros é insuficiente para si, 15 euros dá para comprar 1 litro de azeite e pão. Portanto, é assim... nós, naturalmente, se formos a ver se havia empresas que poderiam pegar nesses 15 euros e dar

uma pequena oferta, se calhar, aos seus trabalhadores, seria uma caneta. Ok, podia ser. Mas o gesto de criar, quando a lei diz que isenção ou redução de taxa, dizer que não estamos a cumprir a lei, eh pá, nada como ler. Não tenho dúvidas. As isenções podem ser aplicadas. Agora... vamos ao regulamento. Esperamos que seja debatido o regulamento em reunião de Câmara, com certeza que os senhores Vereadores, tanto do Partido Socialista, como do Partido Social Democrata, estão abertos ao debate para fazer o regulamento, de uma vez por todas. Agora, não vamos é dizer que temos que cumprir a lei. A lei está a ser cumprida. Não somos imaturos. Não houve nenhuma queixa. Há municípios que tomam decisões, como o Pedro Martins falou aqui, com certeza, são boas soluções. Poderíamos, se calhar, não estar é preparados para as implementar. Agora, se for para fixar emprego, se for para fixar empresas, impecável. Mas é muito mais, muito mais fotogénico, permitam-me a abordagem, ir a uma grande superfície da Gafanha da Nazaré, na sua inauguração, do que, por exemplo, ir pela Avenida José Estevão, da Gafanha de Nazaré, perceber se o comércio tradicional está a sentir algum impacto ou se preveem ter algum impacto. E esse impacto pode ser, nomeadamente, a perda de emprego. E isto é que me preocupa. Não, mas a fotografia da grande superfície.

Querem pergunta-me se eu sou contra as grandes superfícies? Sou contra as grandes superfícies que pagam os impostos na Holanda, não os pagam aqui. Deveriam todas pagar aqui. Agora, sou a favor das grandes superfícies que têm produção nacional, marca branca é produção portuguesa, e que estão a pagar os seus impostos cá, à semelhança de uma rede que está implementada em Portugal, espanhola, que dão bom exemplo do que é ser também contributivo, não só na criação de emprego, mas também contributivo para quem lhe deu a confiança de se instalar. Mas isto é uma cultura, não estou a dizer que os espanhóis são melhores que os portugueses. Deus me livre, mais uma vez, Deus me livre. Mas estes bons exemplos, eu também gostaria que as grandes superfícies... e a rede Continente, a rede Sonae não paga os impostos em Portugal. Toda a gente sabe. Não os paga. E vamos fazer uma publicitação na grande superfície, que está ali uma obra, Deus me acuda, que nos vai trazer muitas dores de cabeça a quem vive na Gafanha da Nazaré. Aliás, já deu e vai continuar a dar. E vai ser engraçado quando a obra, a promessa da obra do Porto de Aveiro de remodelação do Cais dos Bacalhoeiros, o impacto que aquilo vai ter na entrada da Gafanha da Nazaré. Não estão a ver, pois não? Pronto. Não sei se vão por placas flutuantes à semelhança dos holandeses, acho que os holandeses, nisso, fizeram um bom trabalho. As boas ideias podem-se ir buscar e também podem ser sugeridas.

Fico muito preocupada quando eu vejo que as pessoas se preocupam muito em pintar o quadro de verde quando o quadro era laranja e já tinham implementado. Era laranja e tinha implementado. Eu esperava era que o verde fosse mais esperança para as pessoas e que fosse diferente, porque dizer que fazemos diferente ninguém está a sentir que fazem diferente.

E à semelhança daquilo que os Vereadores da reunião de Câmara, ao ler este documento, a indignação que eu senti foi que este documento não deveria ter chegado à Mesa da Assembleia Municipal, assim, escrito pela mão do senhor Presidente da Câmara, a retirada de um ponto ii. Considero eu. Deveria ser redigido, já que fazem *copy paste* para tanta coisa, um computador portátil, fazem uma alteração, fazem o ordenamento, fazem aquilo em 2 ou 3 minutos e põe um documento à aprovação. Até porque o Município, o senhor Presidente da Câmara diz que há tanta evolução informática e tecnológica e aposta... não se vê, não se vê. E põe em causa os Vereadores do Partido Socialista e Partido Social Democrata - se calhar vão dizer que estamos coligados - numa situação que não é a mais correta. Porque nós gostamos de ver as coisas serem feitas. E à semelhança do , em que nós estávamos no poder, isso era feito. Isso era feito, era corrigido na hora. Vamos, a ideia feita, sim senhora, vamos e depois apoiamos a aprovação. Mas não, está escrito pela mão do Senhor Presidente da Câmara, o que é curioso.

Relativamente à votação, vamos ser coerentes com aquilo que sempre fomos. Nós não andamos aqui para o deita abaixo, mas gostaríamos que este pacote fiscal fosse mais ambicioso e não termos, aqui, argumentos de coitadinhos e fazer, de facto, a diferença. E dizer aos municípios de Ílhavo e às empresas que estão implementadas, nós vamos fazer diferente, vamos fazer. Porque, caramba... a receita ou excedente do IMT permitia passar o IMI para os 0,3%. Permitia reduzir mais 1% no IRS. Ainda sobrava dinheiro. Ainda sobrava dinheiro da derrama. Por aqui me fico... era o efeito psicológico que iria ter nos pequenos comerciantes, é mais uma taxa. Ou nas microempresas, é mais uma taxa. Nós dizemos, não, nós queremos isentar estes que estão aqui diariamente. Queremos isentar até 150 mil euros de lucro. Obrigada.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD: (01:23:01")

«Olá. Boa noite a todos. Primeiramente cumprimentar a Mesa. O Executivo. Os presentes caríssimos membros. O público aqui presente e também o público que nos assiste a partir de casa.

Portanto, eu iria começar a minha intervenção por algo muito simples, que seria pegar, estamos aqui, hoje, a discutir o pacote fiscal, mas é a minha preocupação vem, maioritariamente, no âmbito da taxa aplicada ao IRS. Aquilo que o Executivo propõe é 4%, no máximo da taxa seria 5, e eu começaria por ler o programa do 'Unir Para Fazer' que apresentou aquando das eleições autárquicas.

Aqui, na página 11 eu ia-vos ler o que é que vocês prometeram ao povo. E diz, estou a ler mesmo o vosso programa, e diz o seguinte: "Consideramos que as autarquias locais devem pautar a sua atividade pelo equilíbrio das despesas públicas e que os seus investimentos, tal como os custos operacionais, não devem sacrificar os orçamentos das famílias e das empresas. Desta forma, entendemos que os impostos dependentes da intervenção da Câmara Municipal se deverão situar nos valores mínimos legais, no prazo do mandato". Tem aqui, depois, uma cláusula de exceção que diz: "podem, excecionalmente, ser aprovados valores diferentes, desde que com o propósito específico de fazer face a situações extraordinárias e graves ou de implementação de projetos estruturantes de médio longo prazo". Eu concordo na totalidade com aquilo que é dito, mas eu gostava que vocês aplicassem aquilo que prometem. Que não é aquilo que estão a fazer. E porque é que eu venho dizer isto? Porque há municípios, aqui à volta, que fazem algo muito mais próximo daquilo que vocês prometem, neste caso, a taxa do IRS. Eu vou dar-vos exemplos concretos. Aqui nas minhas notas, nós, Município de Ílhavo, estamos a propor, o Executivo está a propor uma taxa de 4%, mas Anadia, qual é a taxa? 3%, muito mais arrojados que nós. Murtosa? 3%. Oliveira do Bairro? 3%. Vagos? 2,5%. Ovar? 2%. Águeda? 0%. E a minha pergunta é, eu gostava de ver um Executivo efetivamente ao lado das famílias, a tentar ajudá-las e diminuir a sua carga fiscal. Neste âmbito, eu acho que nós podíamos ser muito mais arrojados e tentar ajudar as famílias. Porque se o PSD ou o PS, nós todos, disséssemos que não a esta taxa, exigindo algo mais baixo, ou disséssemos, à proposta do Executivo, disséssemos que não sabem o que é que ia acontecer? A taxa que seria aplicada seria 5%, porque nós dizendo que não a taxa aplicada é 5%. Portanto, obviamente, temos que aprovar, mas não concordamos com esta proposta.

E deixo aqui bem claro que eu gostava de ver o Município de Ílhavo muito mais arrojado e muito mais ao lado das famílias, porque o custo de vida, atualmente, está difícil, está muito duro e nós temos que auxiliar as famílias. Eu gostava que o 'Unir Para Fazer' pensasse nisto e fizesse cumprir o seu programa. Sim, era isto. Muito obrigado a todos e continuação de bons trabalhos.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:26:55")

«Então boa noite a todos, a todos vós. Ao Executivo, ao Senhor Presidente, a quem nos ouve lá em casa.

Bem, depois destas intervenções, e agradecendo a intervenção do Luís Leitão, que para mim foi *tout court*. Era aquilo que eu gostaria de ter feito. Mas já que o fez, está feito. Explicou devidamente aquilo que se passa e como é que são aplicados esses impostos. Eu só devo vir aqui para concluir o que é que o PSD entende de tudo isto.

Quer dizer, o que PSD entende é que o pacote fiscal para 2024 não acrescenta nada ou pouco, ou pouco mesmo nada às famílias, aos munícipes e às empresas. Mantém-se a taxa de IRS, os 0,4 que já vinham do mandato do senhor engenheiro Fernando Caçoilo. Mantém-se a Derrama. E ainda bem que se mantém a derrama com pagamentos superiores a 150 mil euros, isentando todos aqueles que ficam abaixo. E aqui devemos reconhecer o grande papel desenvolvido pelos senhores Vereadores da oposição que defenderam que se deveriam isentar os pequenos contribuintes, nomeadamente comerciantes, industriais e não só, pois, para mim, isto seria um quebra-cabeça para esses pequenos empresários, em termos de burocracia, em termos administrativos, agora vem derrama, é uma novidade, nunca pegamos derrama... isto era o caos. E talvez fosse bom nós aprovarmos isto, porque se aprovássemos, a população, os tais 4 mil empresários, pequenos empresários, saberiam na pele o que é o Movimento. O que é esta experiência que já demora dois anos e que, na realidade, de novidade ou de crescimento e desenvolvimento para o Concelho, tem sido zero. E era bom que as pessoas percebessem que, afinal, aquilo que aquele Movimento que prometeu reduzir, está a aumentar impostos, como já no passado também quis criar um imposto que nós aqui e bem, enfim, também procurámos saber o que era aquele imposto. E, afinal, o imposto desapareceu no plano para este ano. Desapareceu o imposto.

Depois referir também que relativamente, já falámos na derrama, já falámos no... relativamente ao IMI.

Já sabemos que tinha sido definido que era reduzido 0,01% todos os anos. Nós, no nosso programa, tínhamos dito que reduziríamos para 3%, logo tivéssemos condições financeiras, económicas e estabilidade financeira no Município. Bem, hoje, reconhecidamente, todos sabemos que o município está numa boa situação. Nós todos sabemos, e não podemos estar aqui a esconder nada, que o saldo de gerência vai ser muito superior aos 6 milhões do ano passado. Nós já percebemos porquê. Eu, ainda agora, na última revisão, aqui, vim dizer alguma coisa e agora, mais, viemos a saber, quando obras não são realizadas lá mais vai agravar o orçamento, porque as obras não vão ser feitas e então transfere a verba que não vai ser realizada, ou seja, vai ser concretizada. Por tudo isto, acho que havia uma grande oportunidade para reduzir o IRS. Havia uma grande oportunidade para reduzirmos já o IMI, porque a situação financeira da Câmara é folgada, é boa, e não vemos perspectivas de grandes investimentos no próximo ano, que contemple estes aumentos financeiros, porque tudo aquilo que nós vamos discutir a seguir são promessas vãs que dificilmente vão ser concretizadas durante um ano.

E todos sabemos porquê. São as situações governamentais, a inflação e o estado dos empresários e o estado das empresas e o estado dos trabalhadores e a falta de mão-de-obra, tudo isto vai contribuir.

E é a concorrência entre os municípios, porque os municípios vão concorrer para terem os bons empreiteiros e para terem empreiteiros a construir as suas empreitadas e vão lhes oferecer bons preços. E não só os municípios, mas também outras entidades públicas que se candidataram ao PRR e querem realizar as suas obras porque querem executar aquilo a que se candidataram.

Portanto, tudo isso vai ser uma dificuldade para o nosso município e, portanto, vamos ter alguma dificuldade em concretizar aquilo que pretendemos. E como alguém dizia “cá fica o porquinho, cada vez vai crescendo mais”.

E como nós dissemos, não vale a pena, porque não vamos ter investimento necessariamente que vá cobrir todo esta cobrança de imposto que hoje nos é aqui proposta.

Portanto, e para que não haja dúvidas, já podemos declará-lo aqui, nós vamos quanto à Derrama, e depois desta correção que foi feita na Câmara por intermédio dos senhores Vereadores, nós vamos aprovar, porque era aquilo que sempre defendemos. Quanto ao Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares, vamo-nos abster. E quanto ao Imposto sobre os Imóveis, também nos vamos abster, porque poderia ser feito muito mais e não vai ser feito.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (01:32:40")

«Tem a palavra o Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:32:44")

«Muito obrigado. Bem, eu não tenho muito a dizer sobre aquilo que se falou nesta Assembleia. Unicamente fazer uma reflexão sobre o consumo do tempo e a repetição sucessiva de algumas matérias. Mas deve correr bem sobre isso. E, portanto, o combustível deve ser bom e, portanto, vamos alimentando este tipo de situações.

Mas dar aqui três ou quatro notas que eu acho que é importante, também.

Numa referência à intervenção do senhor Luís Leitão. Nós estamos a fazer um trabalho relativamente àquilo que são os devolutos no Município, que esperamos concluir ainda este ano, atualizando aquilo que já foi feito pela Câmara alguns anos atrás, para, depois, tomarmos decisões futuras.

Quanto ao saldo de gerência, continuo a perceber que há a tentativa de uma venda de uma coisa que foi construída agora pelo 'Unir Para Fazer', nunca existiu nas câmaras. Não percebo muito bem a importância que se está a dar ao saldo de gerência, mas irei entendê-la no futuro. E também quem o puder usar no futuro também vai usar dessa prática de ter o saldo de gerência, refletindo mais uma vez que o saldo de gerência pode ser muito alto, pode ser muito baixo. Aquilo que eu ouvi já desta Assembleia, na intervenção, penso eu, do Pinto Reis, relativamente àquilo que é o valor dos saldos de gerência das câmaras municipais. E quando ouço falar na Murtosa, ouço falar de uma Câmara, que respeito muito o seu Presidente, mas que tem saldos de gerência fabulosos ao longo dos últimos anos, talvez dos melhores da região da CIRA. Mas deixarei também para esses estudos, que são aprofundados, sobre aquilo que são as taxas em redor do Município de Ílhavo, sendo o

Município de Ílhavo, eu já ouvi na Gafanha de Aquém um rapaz audaz, que liderou muitos anos uma associação jovem que estava no centro do mundo e, portanto, também parece que o Município de Ílhavo está a ser colocado no centro do mundo, o que muito me agrada. Relativamente a isso, também fazendo aqui uma reflexão sobre os saldos de gerência, possivelmente temos que puxar a fita um bocadinho atrás e temos que ir conhecer os autarcas da década de 90, e do princípio deste século, que nessa década não tinha uma lei dos compromissos e pagamentos em atrasos. E, portanto, se calhar, essa lei neste momento está a provocar, em todas as autarquias locais, excedentes orçamentais, devido ao compromisso que é para fazer e que normalmente dois sistemas informados, um chamado AIRC e um Medidata regulamentam completamente a função dos autarcas. Com a injeção do processo de descentralização que, no nosso caso, por exemplo, podem representar 6 milhões de euros, fora o investimento direto que a Câmara possa fazer. É evidente que dizemos, hoje, que os impostos podiam estar melhores do que aquilo que se apresentam nas suas taxas, é não percebermos aquilo que foi descentralizado para os municípios e os problemas que isso tudo acarretou aos municípios, não só pelo dinheiro da transferência e as comissões de acompanhamento que são feitas, e que muitas das vezes têm mostrado o seu desempenho pela positiva, e efeito ver à Associação de Municípios Portugueses e também ao Estado Português que deve rever as verbas que estão cabimentadas para cada descentralização, e que os impostos, muitas das vezes, municipais, estão a fazer face a essas despesas, quando o processo de centralização deveria trazer esse processo.

E aqui, não comparemos processos. Não comparemos os processos que, muitas vezes, ouço falar, das Juntas de Freguesia porque nada tem a ver uma coisa com outra, nada tem a ver uma coisa com outra. E, portanto, eu, relativamente àquilo que é um processo que me está muito presente na cabeça, relativamente aos Centros de Saúde do nosso Município, as histórias foram muitas, as que ouvi, até, nesta Assembleia já em duas sessões, uma ontem e hoje outra, sobre essas questões, mas não conheci nenhum projeto, nada que tivesse sido feito para termos uma luta perfeita e chegarmos a uma vitória.

Bem, conheço hoje, e saiu até de técnicos municipais, os mesmos que colaboraram com executivos anteriores, mas que alguém tomou decisão que agora o caminho é este. E espero que esse caminho seja para eles também de vitória, porque se for para eles também para mim será.

Relativamente a isso, portanto, Luís Leitão, acho que esta lei dos compromissos e pagamentos em atrasos poderá ter que ser revista. É uma pressão que tem que ser. Porque lhe posso dizer, já o disse, aqui, nesta Assembleia, eu, há um ano atrás, não podia lançar uma obra de meio milhão de euros. Neste momento lancei duas obras de 900 mil euros, e não pus os meus fundos disponíveis em causa. E, portanto, espero que isso aconteça.

Depois também ouvi aqui... eu acho que muitas das vezes não podemos trazer o sonho que temos à mesa, com alguns autarcas, nos fins de semana, para aqui. Temos que ser mais objetivos nas matérias que falamos e não podemos só sonhar. Temos que cair na realidade. E, portanto, temos que ver que quando um artigo tem vários pontos, o ponto 24 é muito esclarecedor sobre as matérias e limito-me a ler unicamente esse ponto relativamente à derrama, porque, posso errar algumas das vezes. Se calhar, ontem, quando disse ao membro Flor Agostinho que o gás era em litros, depois fui ver, hoje, e afinal aquilo é em quilos que aparece na garrafa, mas já não conhecia a miúda que transportava aquela grande promoção da Galp e, portanto, olhe, fiquei por isso. Mas também depois me disseram que há a taxa de compressão para isso está a ver. E fiquei assim um bocadinho doente, mas continuo-lhe a dizer que é metros cúbicos, para mim. E, portanto, o 24 diz: “até à aprovação do regulamento”, em seguimento porque eles vêm em cadeia, portanto, a Senhora leu o 23, conhecido, e que muitas das Câmaras, também, na região centro já têm regulamentos para isto, “até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio, no ano anterior, que não ultrapasse os 150 mil euros”. Portanto, não sei se interpreto isto mal, se interpreto bem, mas deixarei esta nota.

E, portanto, todas estas reflexões que foram feitas relativamente àquilo que depois pode ser a afetação da Euribor e a afetação daquilo que é a taxa de inflação, eu estou mesmo muito receoso com o futuro e tenho falado com alguns autarcas de diferentes quadrantes, porque no país e na região de Aveiro só tenho uma colega que é de um Movimento Independente, que é Anadia, tenho dois colegas que também estão um bocadinho desalojados, que é Albergaria e Oliveira do Bairro, pelo seu partido que hoje está na posição em que está, que é o CDS, mas vamos falando de alguma forma sobre isso e parece-me que a leitura que eu ouço aqui falar sobre estes temas não é muito coincidente com aquilo que os autarcas me têm falado. E, portanto, devo estar também ainda numa fase de aprendizagem. Portanto, vou-

me limitando a aceitar que erro, que estou a ouvir, aqui, verdades, e, portanto, vou continuar a refletir sobre elas e a falar com essas pessoas sobre elas.

Depois, aquilo que se vai passar também na transformação que é o salário mínimo nacional e as despesas que possam ser acarretadas pelas obras que queremos lançar no próximo ano, conforme vamos falar no ponto a seguir. E, portanto, espero que não haja quebra de receitas nestes impostos porque o orçamento tem em consideração esta fatia dos impostos para suportar também aquilo que é a aquisição de serviços, a remuneração do pessoal para além Fundo Municipal que nós também recebemos e que está no documento a seguir apresentado para todos vocês. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:41:41")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vou abrir as inscrições para uma segunda ronda de intervenções. E pergunto ao Chega? Sim, temos o Sérgio. Do Partido Socialista? Pedro Martins. Do 'Unir'? o Pedro Cristo. E do PSD? Margarida e Sara. Muito bem, então começamos pelo Sérgio. Por favor, Sérgio.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:42:44")

«Boa noite a todos presentes e aos que nos escutam lá em casa.

Ora bem, é bom e é importante pagar impostos. Começando concretamente pela derrama e na qualidade de empresário, eu quero pagar, derrama. Em primeiro lugar, porque vai significar que estou a ter bons resultados no exercício e, portanto, entendo que os impostos que a empresa e as pessoas coletivas pagam são necessários aos municípios, para os municípios criarem condições.

Já tive várias vezes a oportunidade aqui de referir que o Concelho de Ílhavo está a dormir no que diz respeito a criar condições para a fixação de empresas. Tenho que dar os parabéns pela intervenção do Luís Leitão, que subscrevo inteiramente. A Zona Industrial da Mota, sendo a principal zona industrial que nós temos, é lamentável o estado em que a mesma se encontra. É mesmo lamentável. Os arruamentos são inexistentes. Enfim... as pequenas empresas que querem aumentar as suas instalações não dispõem de lotes. Eu falo das pequenas empresas, porque para as grandes parece que já é tudo facilidades. É curioso, eu não consigo ver daqui, mas vejo que há ali um copo da *Bodum* que deve ter sido uma oferta de uma dessas grandes empresas ao nosso Presidente, e, portanto, parece que o nosso Presidente só se preocupa com as grandes empresas como a Ria Stone, a *Bodum* e outras mais que, de preferência, tenham assim um nome ao estrangeiro. Eu, hoje, posso-me esticar um bocadinho mais; com 7 minutos isto dá para ir dizendo daqui umas coisas engraçadas. Mas reparem isto são críticas construtivas.

Portanto, eu já falei aqui várias vezes que andamos a dormir, que os nossos municípios ao lado, nomeadamente o de Vagos, tem todas e mais algumas condições para as empresas lá se instalarem e aqui não sei como vai ser o futuro. Sei que a economia não vai bem. Cada vez nós temos mais dificuldade em vender e escoar o produto que fabricamos. A concorrência estrangeira, nomeadamente a chinesa, está feroz. E sei que isso vai causar desemprego, inevitavelmente, vai causar desemprego. Portanto, se até aqui estamos a viver uma situação mais ou menos confortável, se calhar não vai ser assim daqui em diante.

Tenho também que dar os parabéns ali à colega Sara, portanto, que focou a sua intervenção mais nas pessoas. E, de facto, mais uma vez, é lamentável que uma organização que se apresentou ao povo nas eleições com a mensagem, nós somos diferentes e vamos ser diferentes, de facto, não estão a conseguir ser diferentes, até agora. Espero que consigam mostrar que são diferentes até ao final do mandato.

Já tive oportunidade de referir isto na Rádio Terra Nova, volto aqui a referir. Portanto, efetivamente, a classe média está a ser extinguida, não por culpa do Executivo, mas por culpa dos nossos governantes mais a nível central. Eu pergunto, quem é que vai criar empresas? Quem é que vai criar empresas para substituir as que, enfim, que não conseguem sobreviver e que fecham? Quem é que vai criar empresas para criar novos postos de trabalho? Se não é a classe média não sei quem será. De certeza que não será as pessoas que têm o salário mínimo nacional.

Portanto, Senhor Presidente, acho que devia ter sido mais ambicioso. Devia, realmente, ter diminuído a carga fiscal em sede de IRS, tendo em conta a boa situação financeira que esta Câmara está a ter, as várias retificações do orçamento que já tivemos durante este mandato, fruto do aumento do valor dos imóveis que vai gerando mais impostos. E, portanto, é lamentável, realmente, não olhar.

E, depois, nós, enquanto autarcas, somos reféns entre aprovar ou não aprovar. Se não aprovarmos vai para a taxa máxima, que é pior do que uma má aprovação. E, portanto, infelizmente, somos reféns ter que aprovar uma coisa com que não concordamos minimamente. E que gostaríamos, realmente, nas condições em que este município se encontra, realmente este executivo ser diferente, que foi assim que se apresentaram a eleitorado nas últimas eleições, e realmente mostrar que podem fazer a coisa de outra forma. Não tenho muito mais a acrescentar. Obrigado. Termino, Senhor Presidente.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:48:38")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Há alguns algumas notas sobre algumas intervenções aqui na Assembleia e, também, para acentuar um ou outro aspeto daquilo que nós, o PS, referimos aqui.

Quanto aos edifícios, aos prédios, devolutos, começaria por dizer ao Pinto Reis, que também falou dessa questão, um prédio devoluto não é necessariamente um prédio em ruína. Não tem nada a ver. Uma coisa é um edifício em ruínas que já não é edifício, já é uma ruína, outra coisa é um prédio devoluto que, simplesmente, não é utilizado. E do ponto de vista económico, da economia, dos princípios da economia, um edifício devoluto é um mal na sociedade, deve ser utilizado. Mais a mais, no ambiente que temos, hoje em dia, de falta de habitação, em que é mais penalizador para a comunidade termos edifícios devolutos que não são utilizados. Eu continuo a não perceber porque é que não há vontade política para aplicar a majoração de 30% aos edifícios devolutos. Não há. Nunca houve. O PSD também nunca teve. O PSD também não pode falar muito sobre isto, porque o PSD também nunca aplicou esta majoração aos prédios devolutos e o 'Unir' a mesma coisa. Está bem, tem só dois anos, talvez em ano nos faça uma surpresa do que resta do mandato, mas neste aspeto da política fiscal, o 'Unir' e PSD são a face da mesma moeda. Não há diferença nenhuma entre o PSD e o 'Unir'. E por uma razão muito simples. Na questão da fixação destas taxas, o PSD foi sempre avesso, rejeitou sempre as propostas do PS de reduzir as taxas do IMI, na participação do IRS, na Derrama, etc. O PSD nunca aceitou a redução das taxas. Portanto, vir agora criticar o 'Unir' por não o fazer, parece que não há muita moral nesse aspeto.

Outro aspeto. Reduzir uma centésima por ano, acho que estou a dizer bem, não sou de matemática e depois vão me criticar, mas enfim, porquê não reduzir de uma vez? Já que quando se aborda esta questão da política fiscal municipal, falamos sempre que isto é uma minudência, que estamos aqui a falar de euros ou de poucos euros, de cêntimos, etc., então porque é que o município, porque é que a Câmara Municipal não reduziu imediatamente, no primeiro ano de mandato, para marcar a diferença para o PSD, não reduziu logo para 0,30? E porquê, porque razão de ordem financeira e sustentação financeira da autarquia é que tem que reduzir só uma centésima, 0,32, 0,31, 0,30 durante o mandato? Sinceramente, não compreendo.

É evidente que a derrama, é evidente que não são os impostos, não é por causa da taxa do IMI que as pessoas escolhem viver em Aveiro, em Ílhavo, em Vagos. As pessoas escolhem viver em Aveiro porque têm mais rendimentos, em Ílhavo porque estão ali no meio ou em Vagos porque têm poucos rendimentos. Infelizmente, é esta a realidade. É esta a realidade. A razão fundamental para as empresas escolherem o sítio onde vivem é o seu poder de compra da casa, da habitação. Não é, nem sequer fazem contas ao IMI que vão pagar. Quando um casal jovem quer comprar uma casa, é a última coisa em que pensa é qual é a taxa de IMI que vai suportar. Agora, não deixa de ter alguma relevância que um município desse sinal de ser um município amigo das famílias, das empresas, dando, precisamente, esses sinais de, chamemos-lhe assim, de redução dos impostos, para ser um município mais *friendly*, mais amigo, mais simpático para as famílias e para as empresas. Portanto, tem, pode ter pouco significado, mas algum lado ter.

É evidente que nenhuma empresa escolhe constituir a sua sede e instalar-se em Ílhavo por causa da Derrama. É verdade. A atratividade não passa por aí. Eu, há pouco, referi o setor das *startups*, das novas tecnologias, etc. E dizia que se calhar não há aqui, em Ílhavo. Esqueci-me do PCI. Ora aí está, um excelente, por acaso foi numa câmara PSD, e bem. O processo é longo, não é num mandato, não foi num mandato que fez o PCI, mas, ora aí está um excelente exemplo de cativar empresas para o nosso território. O PCI é o melhor exemplo e eu pergunto, o que é que o UPF tem feito nessa matéria? O UPF, efetivamente, também não se tem visto nada nesse aspeto da atratividade. Foi aqui referido, e muito bem, que a Zona Industrial da Mota está num estado. Vou lá, às vezes, não vou muitas, mas vou lá algumas vezes, aquilo realmente está num estado um pouco, enfim, não quero carregar muito na adjetivação, mas aquilo é um pouco lastimoso a situação em que se encontra. Esta questão da atratividade é importante. Não é muito pelos impostos. Pode ser, é um sinal, é um convite

a virem, mas há muito a fazer na atratividade e o UPF, este Executivo do UPF não se vê. Não se vê nada nesse aspeto.

A questão do IMI, Margarida, o Continente vai pagar IMI. Não sei em que valor é que está aquele edifício. Talvez o Senhor Presidente de Câmara já saiba, já deve ter a calculadora para saber qual é o imposto que vai arrecadar. Portanto, esses edifícios pagam IMI. Olhe, no regulamento, até ao limite que a lei permita, carregar no IMI dessas empresas, desses edifícios. Andamos sempre a falar para reduzir, porque não, até em apoio ao comércio local. Eles não vão fechar. Eles abriram, não vão fechar. Mas porque não carregar na taxa de IMI, se a lei o permitir e até ao limite legal, nos edifícios das médias, grandes superfícies comerciais. Nunca ninguém fala nisso. Depois não nos convidam para as inaugurações, como é evidente. Mas é um caso a pensar, é um caso a pensar não afunilarmos sempre para a descida dos impostos, mas exercermos verdadeiramente política fiscal, que é subir quando devemos subir. E aí até seria um pouco, um sinal, no sentido do apoio ao comércio local, nesse aspeto. Simbólico, é certo. Bem, não sei se seria assim tão simbólico quanto isso, mas simbólico e importante. A política também se faz por este simbolismo.

A propósito disso, eu ainda não percebi, talvez isso não seja relevante, qual é verdadeiramente a ideologia do 'Unir' nestas matérias? Qual é o seu programa? Será que tem um programa? É que, neste momento, até agora, se houver um programa é PSD. Até agora é PSD. Não noto nada de diferente nas políticas do 'Unir'. Não percebo se é à direita, se é ao centro ou se é à esquerda, se é... não sei, não sei. Temos mais dois anos para tentar perceber isso e sempre com a nossa boa vontade de tentar perceber efetivamente que caminho é que é que levamos.

Senhor Presidente da Câmara, a lei dos compromissos tem quantos anos? 10 anos, 11, 9. Mas saldos desta dimensão, eu não vou entrar muito por aí, porque depois o Senhor Presidente diz que eu não percebo nada de contas e, na verdade, não percebo muito de contas. Mas há mais de 10 anos, ou há 10 anos, que temos a lei dos compromissos, mas nunca tivemos saldos desta dimensão. Portanto, há aí qualquer coisa que não bate certo, mas poderá explicar, a seguir, se der um exemplo de saldos desta ordem de grandeza há 10, 9, 8 anos, aqui no nosso município. Eu agradeço porque julgo que não, mas agradeço.

Bem, ainda quanto ao IMI, e para não me alongar, há uma questão que eu gostava de chamar atenção, que é a revisão, que já tem sido falada, dos coeficientes de localização e que, provavelmente, vamos ter nos tempos mais próximos. Agora houve esta questão da política nacional, houve a demissão do Governo, e isso, provavelmente, vai arrastar-se, mas já se falava da revisão dos coeficientes de localização e, também por essa via dos coeficientes de localização, poderemos ter um agravamento do IMI, do valor do IMI, daquilo que pagamos de IMI, em função da localização das nossas casas, dos nossos, enfim, edifícios industriais, comerciais, de habitação etc. E também por aí vamos assistir à subida da receita do IMI no nosso município, que é uma realidade, irrefutável, que andamos a dizer há anos, que o IMI tem vindo paulatinamente a subir em termos de receita aqui no Município de Ílhavo. Neste mandato, penso, já tem uma subida, em termos de receita de impostos, de 4 milhões de euros. Também corrijam-me, se estou errado.

Muito bem, nada a dizer. Apenas para justificar que há margem de manobra para ter, efetivamente, uma política fiscal mais amiga dos contribuintes.

Bom e, resumidamente, era isto que tinha para dizer sobre estes pontos dos impostos, e, naturalmente, como prova de, digamos, de dar carta branca a este Executivo para trabalhar, para ter as receitas que entende que deve ter e para executar as suas políticas, apesar de repito, nós ainda não termos visto praticamente nada no terreno, nós vamos abster, vamos abster de modo a que estas taxas possam passar.

Ainda a propósito, ainda mais uma questão da Derrama. Seria mais confortável para todos nós se a proposta que veio da Câmara referisse, explicitamente, expressamente, que havia uma isenção da Derrama para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros. Nós extraímos essa conclusão do facto do ponto 1 dizer que a taxa é aplicada às empresas que têm mais de 150 mil euros de volume de negócios. Mas seria mais confortável para todos nós e para quem terá depois que aplicará essas taxas - vou concluir - que a proposta referir-se explicitamente, expressamente, que há uma isenção para determinar a classe de empresas. Bem, assim também passa, a *contrario sensu*, também se percebe, mas seria melhor. E que para a próxima, efetivamente, isso seja tido em consideração. Muito obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:00:30")

«Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, restantes membros. Senhor Presidente da Câmara. Senhoras Vereadores. Caros colegas. às pessoas em casa e aqui presentes a assistir.

A minha intervenção, vou ser pragmático e rápido, é mais no sentido não discutir muito se deveria ser 5, 4 ou 3 ou 2 ou 1, mas, se calhar, esclarecer aqui alguns pontos que eu acho que podem gerar alguma dúvida para quem nos ouça, e que possa ou não ter verificado.

Gostei da intervenção, também, do nosso colega Luís Leitão, não por gostar de alguns pontos que acho que tem razão que referiu, mas também pelo tom, não sei se é um tom de Pedro Nuno Santos ou não, mas gostei do tom da sua própria intervenção. Mas mais interessante do que isso é que está numa bancada que é do PS, está a deixar o país com a maior carga fiscal existente desde sempre. E penso que muitas vezes nós pregamos bem na freguesia dos outros, na nossa, às vezes, pregamos de outra maneira. E por isso, para sermos aqui um bocadinho, digamos assim, mauzinhos, eu acredito que algumas das situações que referiu e que eu acho que são pertinentes e importantes, o Senhor Presidente está atento e penso que todos, nalgumas situações concordo consigo. E desculpe lá o aparte, mas era só mais por uma questão de interesse.

Relativamente ao famoso despacho, e agora até tenho medo de dizer alguma coisa relativamente à reunião do Executivo, mas eu vi a reunião do Executivo e os senhores todos que quiserem vão ver e vão perceber por que razão é que foi escrito à mão, pelo Senhor Presidente, aquela decisão. Porque os senhores Vereadores, e muito bem, conversaram, senhores Vereadores da oposição do PS, PSD e do 'Unir' conversaram entre todos e decidiram tomar aquela decisão naquele momento. Não era a proposta apresentada para a reunião. Foi assim que foi decidido e foi assim que eles assumiram que, se fosse retirado aquele ponto, se absteriam para que aquele ponto fosse aprovado. E foi assim que foi escrito. Visionem, está filmado, está facilmente perceptível para todos percebermos esta situação.

Falámos agora há bocadinho de fatores extraordinários que possam estar a acontecer. Fatores extraordinários como uma inflação, ainda há uns meses atrás, de 13.8, que atingiu. Fatores extraordinários como, se calhar, um empréstimo bancário que temos tão reduzido, vá pagar mais 70 ou 80 mil euros de juros do que pagava no ano passado ou há 2 anos. Uma, se calhar, aumento substancial nas pequenas obras que nós temos. No quadro de pessoal, nós gastamos 11 milhões, vamos preparar um orçamento ou não - depois vamos ver à frente - mas 11 milhões. Quanto é que vamos ter de aumento de encargos relativamente ao pessoal? Por isto, estamos com fatores extraordinários, sim senhor.

Queria-vos, só para terminar, fazer uma referência do seguinte. Falamos aqui, muitas vezes, do IMI. E o IMI como quase, o IMI vai subindo e só vai subindo quando houver novas construções ou quando houver alguma construção que possa carecer de reavaliação. Para termos um bocadinho de ideia, se calhar, alguns de nós que temos casa própria, no meu caso, eu tenho casa própria há mais de 20 anos, eu só pago 80% da taxa. Tenho um índice de robustez que só pago 80% da taxa, digamos, de IMI.

Quando estamos, aqui, a falar em aumentar para imóveis devolutos, estamos a falar em imóveis antigos, imóvel com mais de 60 anos paga só 40% da taxa que nós aqui aprovamos. Aumentamos a taxa em 30%, vai pagar 0.52 da taxa de 3.1 que vamos pelas indicações que nós dizemos. É só este esclarecimento, que às vezes pensamos que montamos aqui uma situação. Eu gostaria, digamos assim, de dar essa indicação porque, às vezes, pensamos que estamos aqui com um Cavalão de Tróia e depois, no fim, alguma coisa ou quase nada sai. Relativamente à Derrama, eu só vos queria dizer o seguinte. O Sérgio tirou-me as palavras de boca e ele é empresário. Mas é só para vos dizer que o país está muito mais forte, essencialmente, por causa das empresas. Essencialmente por causa das empresas. Se o poder de compra dos particulares cada vez diminuiu, têm sido as empresas que têm segurado isto, o boi pelos cornos. Desculpem. Tem sido este trabalho, e as empresas, depois de toda a coleta, depois de aproveitarmos todos os benefícios fiscais de investimento, dedução à coleta, onde conseguimos reduzir, existem muito, muitas alíneas onde nós vamos conseguir reduzir toda a coleta, mais deduções, mais deduções, mais deduções, mais deduções. E se no final tivermos 100 mil euros, vamos pegar 1.500 euros para o nosso município? Se tivermos 200 mil euros de lucros vamos pagar 3 mil euros para o nosso município? É só, obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (02:06:20")

«Caro Presidente. Isto já começa a ser hábito não ter qualquer resposta, portanto, e a resposta é a mesma. Uma coisa eu sei, o Partido Social Democrata, se tivesse sido a escolha da população no Município de Ílhavo, não ia estar aqui a aprovar as mesmas taxas, as mesmas condições que aprovámos em 2019. Em 2020, nós estávamos a fazer uma redução progressiva. E, de facto, não tenham dúvidas. Se tivéssemos tido a almofada que o IMT trouxe, estaríamos com a taxa 0,3. Estava no nosso programa. Iríamos ter o conforto, havendo um conforto financeiro por via da receita fiscal, nós baixávamos o IMI, que terá, que tem um impacto direto nas famílias. Qual é a dúvida? Nós tínhamos isto no nosso programa e as

peças sabem que nós cumprimos. Agora dizer que se faz diferente para fazer igual àquilo que nós fazíamos há 3 anos atrás, eu acho que é pouco ambicioso. As pessoas, de facto, depositaram uma expectativa que, neste momento, ao fim de 2 anos... porque, atenção, eu estou a falar daquilo que nós aprovámos há 3 anos, se se mantém, agora, ao fim de 2 anos de mandato do 'Unir Para Fazer', eu acho que as expectativas das pessoas, eles têm todo o direito de pensar 'mas o que é que eu fiz?', mas é a democracia. E cá estaremos, cá estaremos para ir a eleições, sem medo, unidos - não é 'Unir Para Fazer' - estamos unidos que é diferente, ao contrário daquilo que, ainda há umas horas atrás, ouvi que estávamos divididos. E eu até utilizei um provérbio português que é "não se deve por a foice em seara alheia" porque existe um respeito democrático entre os partidos. Eu não vou entrar na provocação do Pedro Nuno Santos para o Luís, o Luís até é livre de votar no Luís Carneiro Carneiro, portanto, ele fará a sua escolha dentro do Partido Socialista, que seja para bem de Portugal e até do próprio Partido Socialista, naturalmente. Porque eu sei uma coisa, no PSD quando é eleito um líder – oh, Luís já foste ao *YouTube* ver intervenção do Ribau? Pronto, ok, pronto, era só um aparte - porque as coisas... quando o líder é eleito pelos militantes, estamos todos unidos. Agora, não vamos é dividir os outros, dividir para reinar. Não, nem pensar. Nem criar dúvidas, nós não fazemos isso.

E a questão do pacote fiscal que está em cima da mesa, e sim, eu também posso discordar dos Vereadores do Partido Social Democrata, era o que faltava. Aquilo que foi acordado ali... eu só disse que deveriam ter, se calhar, feito um documento que era só alterar uma alínea. E não vir aqui o Senhor Presidente de Câmara a dizer que estamos, provavelmente - lá está a dúvida, não é? – provavelmente, estamos a cometer uma ilegalidade quando a lei diz que não, que não estamos. Porque era a mesma coisa que dizer que andamos todos aqui a brincar. E o Partido Social Democrata não admite esse tipo de acusações, não admite que dê exemplo disso. Porque se não... é que eu já vi presidentes de Câmara perder mandatos por muito menos. Porque é assim, isto não é só ser Presidente de Câmara. Isto não é um emprego, é uma missão. Isto não é emprego das 9 às 5. Isto é uma missão, ok? Isto é 24 sobre 24 horas, disponível para as pessoas e não para alguns, só.

Portanto, nós temos que, de facto, já o disse uma vez e volto a dizer. Os autarcas que estão a tempo inteiro, bem como os deputados, estão ao serviço do povo. E é de relevar que nós, depois de dois dias de trabalho, estamos aqui na Assembleia Municipal, todos nós, depois de um dia de trabalho, estamos aqui, ainda tentamos ter um debate com cabeça de tronco e membros, às vezes não, porque parece que andamos aqui um bocado baralhados, mas estamos a fazer as coisas de forma correta. Eu pondero, sinceramente, se na derrama não irei mudar o meu sentido de voto, porque aquilo que eu sei que, no PSD, se eu tiver um sentido de voto diferente daquele que o Flor Agostinho falou, não sou discriminada, nem crucificada, nem ninguém me vai ligar a seguir à Assembleia Municipal a dizer porque é que fizeste isto ou aquilo outro aquéloutro como já aconteceu. Obrigada.»

Sara Fernandes, Grupo Municipal do PSD: (02:12:16")

«Ora viva, de novo. Eu vim só aqui, face ao esclarecimento do Senhor Presidente que tinha dito que, em conversas com outros Presidentes de Câmara, a minha interpretação foi que não concordava com aquilo que eu estava a dizer, eu só vinha aqui para fazer um esclarecimento, para se ter absoluta transparência. Eu convido-vos a todos a ir ao *Google* pesquisar, no caso, por exemplo, e é só mesmo vir aqui para ser absolutamente transparente, vamos ao site do município da Anadia, ok?, que é um movimento independente que também está à frente do Executivo, lá. E se nós formos aqui a ver, participação 3% no IRS, ok? Ou seja, os dados que eu estava aqui a falar são factuais, eu não estou, eu não estive a inventar nada. Se formos a Águeda, na tabelinha que eles apresentam, 0%. Está bem? É só para deixar aqui esclarecido que, caso o Presidente não tenha essa informação por parte dos outros Executivos, *Google* está lá informação e eu gostava que isto fosse transparente, neste sentido.

E só para esclarecer aqui, também, uma coisinha que eu acho que deixei passar na anterior intervenção quando estava a ler o vosso programa, que está muito bem, por acaso. Lá, na cláusula de exceção, estavam a dizer que vocês aplicavam, ou estavam dispostos, a aplicar taxas superiores ao mínimo legal, não é?, segundo vós, como é o caso. E essa exceção é quando existia a projetos de médio, longo prazo, ou circunstâncias excepcionais. E eu acho que nós, na situação atual, nem temos, por vossa parte, apresentado nenhum projeto de médio, longo prazo, efetivamente, determinante para o nosso município. Eu gostava mesmo de ver isso, porque eu quero que o meu município evolua. E também, face às circunstâncias difíceis que as nossas famílias, hoje, vivem e as empresas também, para marcar aqui, mais uma vez, o ponto de que uma taxa inferior aos 4% seria proveitoso para a nossa comunidade,

porque, aqui, eu acho que o nosso foco deve ser as pessoas. Está bem? Era isto que eu queria deixar aqui absolutamente esclarecido. Obrigada.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:53:16")

«É só para dizer ao Senhor Presidente, que o documento que nos foi entregue do “Fixação da participação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS”, o considerando 7 diz o seguinte: “este Executivo continuará a ser exigente no que concerne ao apoio social, económico e financeiro, para além do apoio à atividade económica, de igual forma, a promover o alívio fiscal às famílias residentes no Município de Ílhavo, sem nunca colocar em causa a sua salubridade”. Eu não sei se este documento vai assim para as finanças, mas parece que a salubridade não encaixa aqui neste texto. Eu pedia que se for este documento enviado para as finanças seja corrigido, corrigido a palavra salubridade. Não me parece fazer sentido.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:15:37")

«Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:15:42")

«Senhor Presidente, desculpe. Tenho quanto? 43 minutos? Dá muito tempo para explicar muita coisa, ainda bem.

Fico muito contente por todas estas anotações que são dadas e pelas quase 2 horas e 10 minutos que consumimos aqui a falar do pacote fiscal, em que nos repetimos e voltamos a repetir e falamos das estratégias dos partidos e fazemos isto e fazemos aquilo. Estava morto, eu, se andasse aqui nesta vida para fazer este tipo de coisas. Morto. Ainda bem que vim pela mudança e vim para fazer alguma coisa diferente. E que ouço falar muito, mas vejo fazer pouco ou vi fazer pouco.

Mas vou esclarecer algumas coisas que me permite e também em respeito aos autarcas que estiveram nesta Câmara Municipal, porque me parece que algumas pessoas esquecem de algumas coisas. E que eu um dia também hei de ser ex-autarca e espero que as pessoas tenham tanto respeito pelas pessoas que estão hoje na função, como aqueles que estiveram, e que deveriam cometer menos erros pelo tempo que já são autarcas.

E, portanto, olhe, relativamente a inaugurações, de festas e festarolas, convido-a para ir ver o que eu fui ver agora, da inauguração do Continente aqui de Ílhavo, com o folclórico do Senhor Presidente a dançar, o meu anterior colega. Portanto, a Senhora tem que ter algum cuidado com o que fala, porque afinal era uma prática corrente deste município fazer festas e festarolas e participar na... Portanto, respeito quem esteve, respeito quem está e tenho esse cuidado. E também lhe vou dizer, relativamente às obras e aos licenciamentos, olhe até já era anterior a este Executivo aquele espaço estar lá, criado, está a ver? Pronto, ficamos por aqui, que é para não dizermos muito mais. Se calhar, está-lhe a faltar alguma rede de informação mais privilegiada.

Muito bem. Com alguma calma, vou manter a tranquilidade porque realmente diz-se tanto, mas depois, espremido. Se calhar as laranjas estão secas, neste momento, também.

Vejamos aqui algumas coisas, também, que é relativamente aos discursos e àquilo que tem sido feito ao longo do tempo. Temos que ver também que, já disse isto ao senhor Vereador Paulo Nunes que andou a ver o meu discurso também de tomada de posse, mas agora parece-me que a Sara também quer evoluir nos seus conhecimentos. Faz muito bem. Olhe foi um compromisso que foi criado por pessoas fora da política, com estrutura de conhecimentos muito avançada, se falharam, se quiser que lhes apresente todas, apresento. Mas tem que também se tornar, depois, militante de um partido e pagar as quotas, não é? Porque nós agora já somos vistos como um partido, portanto, se calhar não consegue entrar na rede. Olhe, deixe-se estar onde está e vai lendo os nossos que nós vamos partilhando isso também, e está público e, portanto, vamos vendo isso. E fico muito grato por continuar a preocupar-se com os municípios portugueses e com a interpretação que os municípios têm sobre as taxas e sobre o papel que têm na economia nacional, que também é relevante.

E senhor Sérgio, fico muito contente por você olhar, aqui, para o meu copo da Bodum e pensei que valorizava os empresários estão ao seu lado. Tal e qual como, pela sua mão, conheci a sua empresa, com a sua empresa também realizei negócios para o Estado. Está a ver? E, portanto, não esperava esse seu comentário, mas fico contente. Tenho muita coisa que lhe posso mostrar da *Bodum* e de outras marcas, se quiser, outras coisas não faço tenção de as

ter sequer. Faço tenção de as usar, no uso das minhas funções, enquanto tiver também capacidade também para o fazer.

Relativamente ao senhor Pedro Martins. Senhor Pedro Martins, relativamente ao saldo de gerência, vou lhe só lembrar mais uma coisa. O senhor lembra-se do PAEL? Programa de ajustamento?

Eu pensei que o senhor conhecia esses documentos todos e conhecia esses programas todos que foram feitos, sabe porquê? Porque as autarquias locais num determinado momento, por força daquilo que era a necessidade de investimentos e que o território precisava, os meus colegas autarcas tiveram que se empenhar muito nisso, endividaram-se. Continuavam a fazer as suas funções e as suas obras, muitas vezes a pagar a fornecedores a 2 anos de distância. E isso é muito recente. E se calhar alguns até a não pagar, se calhar alguns até a não pagar e, se calhar, ainda nem pagaram. Mas isso são questões que uma pessoa também vai debulhando ao longo do tempo. E, portanto, dentro disso, depois dessa Lei do Ajustamento, o que é que acontece? Já ninguém pode fazer nada sobre isso. E, portanto, começámos a ter um recuo naquilo que era a dívida dos municípios. Olhe para o nosso, olhe para o de Aveiro até ao que ela chegou, olhe para o de Vagos, ainda o que está na situação em vagos, olhe para outros municípios que se falaram aqui, hoje. Todos nós tivemos que recorrer a dívida que, hoje, posso-lhe dizer de 2022 para 2023 é um salto brutal devido às taxas de juro, do pagamento de juros e amortização de capital, que está espelhado também no nosso orçamento e que podem testemunhar isso. E, portanto, dentro disso não lhe vou dizer muito mais. E, se calhar, até a leitura que o senhor faz de muitas vezes o 'Unir' estar a pensar igual ao partido que anteriormente esteve na Câmara, pode ver, também, que, se calhar, houve alguma incapacidade de investimento por algumas razões. E que eu defendo o autarca que cá esteve. Não precisam das pessoas do partido dele defender. Eu defendo-o, também. Alguma inoperação que ele teve porque, quando eles chegavam a um computador e punha, pois não tenho fundos disponíveis, estou tramado, como é que eu vou fazer isto? E se calhar os autarcas que estão aqui ao meu lado sabem disso perfeitamente, percebe? Hoje, felizmente, estamos numa conquista completamente diferente, resultado de todos aqueles que construíram também o município de Ílhavo. Os que tiveram resultados na década de 90, os que tiveram na década a seguir, de 2000. Todos esses, eu elogio com facilidade, não tenho problema. Porque um dia também estarei no lugar deles, sabe disso, não é? Portanto, é consequência destas coisas, não é? Muito bem. Até, ontem, ouvi, aqui, também tecer alguns comentários e que, não era meu familiar, mas era uma pessoa que registava também com amizade, inclusive os filhos e tudo, um autarca que aqui fizemos um voto, e que realmente também cheguei à Junta de Freguesia não estava como ela ficou, nem nada que se pareça, mas a realidade era completamente diferente.

Olhe, quando eu cheguei à Junta comecei a receber 1% do IMI. Até ali eles não recebiam isso. Foram conquistas que as associações que defendem as freguesias e que defendem os municípios, como agora ouvimos, aqui, ontem, dizer as referências do Vice-Presidente da ANMP, e eu concordo com elas, pois foram defendidas por nós. Eu quando tenho algum problema recorro à ANMP para me ajudar a resolvê-los. Dizem, há muita gente a evidenciar este problema então vamos ver o que é, como é que se resolve. O problema da taxa do lixo e isso tudo, onde é que estamos a resolver? Na sede própria dos Municípios Portugueses. Portanto, é aí que estamos a resolver.

Portanto, eu penso que podíamos falar mais estas coisas, esta importância que nós damos à democracia, aquilo que podemos fazer, a constituição de documentos que nos possam ajudar, também a todos, a mostrar que somos um exemplo também nesta governação autárquica. Não precisamos de muito folclore com isso. As comunicações da Câmara, a todos os níveis, vemos, transversalmente, como é que elas têm crescido, e algumas iniciativas com sucesso e outras sem sucesso, e umas, como se diziam os mais velhos com quem eu partilhei, é tudo para inglês ver. Não sei onde é que está o inglês. Lá em baixo chamam-lhes *camones*, que era para inglês ver, mas vamos fazendo este trabalho.

E, portanto, fico contente pela posição tomada pelos partidos. Nós vamos dar o melhor de nós para continuar a fazer do município de Ílhavo o grande município. Que queremos que todos olhemos para a frente e que seja uma realidade para todos nós. Que, realmente, o conseguimos melhorar, com as dificuldades de quem o governe, ou não, mas que o conseguimos melhorar, reivindicando sempre nos sítios e nos locais devidos essa importância.

E recordando, também, que, muitas das vezes, e já o disse aqui, o senhor Vereador, ontem também, muitas das vezes é triste quando conversas do fórum muito privado se saibam cá fora, ou vice-versa, se sabem lá dentro. É desinteressante para nós e deselegante para nós que esses assuntos continuem a elevar no nosso diálogo, aqui, na Assembleia ou noutros

momentos ou num programa que se chama Discurso Direto, que se elevem sem necessidade nenhuma. Mas eu não vou conseguir corrigir isso tudo. As pessoas que estiveram antes de mim, se calhar, tentaram também fazer isso. Não conseguiram. Há coisas que não conseguimos controlar e, portanto, deixemos que as coisas continuem a rolar como estão. Pode ser que até ao final das nossas vidas, o ditado se aplique “aprender até morrer”, e, portanto, vamos continuando nessa espera. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:25':25")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vamos então, concluídas todas as intervenções, colocar à votação o ponto 4.1 da Ordem do Dia, “Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI - para 2024”.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Muito bem. O valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024 foi aprovado, por maioria, com 0 votos contra, 17 abstenções e 8 votos a favor.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:26':48")

«Vamos agora votar o valor da Derrama.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Muito bem. O valor da Derrama para 2024 foi aprovado, por maioria, com 1 voto contra, 6 abstenções e 18 votos a favor.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:27':31")

«Vamos agora votar a Participação Variável no Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares - IRS - para 2024.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Ok. A participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, IRS, para 2024 foi aprovado, por maioria, com 0 votos contra, 16 abstenções e 9 votos a favor.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:28':21")

«Muito bem, são 23 horas e 23 minutos. Proponho um intervalo de 7 minutos para voltarmos aqui às 23:30. Está bem? Obrigado.»

Os trabalhos foram interrompidos, por indicação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por sete minutos, às 23:23.

Os trabalhos foram retomados às 23:41.

Ponto 5. "Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:41':30")

Minhas Senhoras e meus Senhores, vamos reiniciar os trabalhos.

Muito bem. Vamos passar ao ponto 5 da ordem de trabalhos, “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal para 2024”. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:42':34")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu pedia só que pudéssemos passar ali uma imagem na televisão, porque tenho aqui um documento que me apoia na minha explicação e, portanto, servirá para quem quiser acompanhar. De qualquer maneira, também, os documentos estão na mão e têm essa informação toda disponível.

Portanto, o Orçamento de 2024 é um orçamento que aparece, aqui, com um total de receita de 36.7 milhões de euros. Essa receita que nós temos, aqui, apresentada tem muito a ver com a subida daquilo que é o pacote fiscal. E, portanto, aquilo que é a receita fiscal não só pacote fiscal, mas todas as outras receitas. E também aqui aquilo que são as referências das transferências e subsídios correntes que têm o segundo valor mais alto. Aquilo que se

comprova neste documento é que temos, relativamente, a esta situação, em termos de despesa corrente e receita corrente, temos aqui um diferencial de 14 pontos percentuais. Ou seja, nós temos na receita corrente, temos 84% do nosso valor da receita, em termos de despesa corrente... ah, peço desculpa.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:45':50")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, aos técnicos.

Portanto, com alguma dificuldade, pensei que se podia visualizar melhor, mas a distância vê-se.

Portanto, relativamente a este assunto, aquilo que nós podemos comprovar do documento que nos é apresentado, neste momento, nós temos uma diferença de 14% entre aquilo que é a receita corrente e aquilo que é a despesa corrente.

Eu continuo a decidir que o orçamento municipal, com os vereadores que me acompanham mais diretamente, a relação entre aquilo que é termos um objetivo de realização de 100% da receita, para que possamos depois cumprir a regra do equilíbrio orçamental, mais folgadoamente no que diz respeito à despesa total. Já foi conhecido, também, esse documento em abril último. Portanto, espero que no próximo ano também se constate a mesma coisa do trabalho que estou aqui, hoje, a apresentar e que apresentei também, aqui, em 22 para 23.

Relativamente aos impostos diretos, portanto, nós temos aqui uma imagem que espelha aquilo que tem sido o comportamento dos impostos. E temos também, aqui, os resultados que são neste momento expectáveis para o ano de 2024, tendo também aqui uma imagem em que poderá haver ou não, eu penso que não, uma quebra naquilo que é o Imposto Municipal de Imóveis, mas pode ficar muito perto, olhando sempre para 2020 como ano de referência, também, em termos de IMI, mas que depois também houve uma decisão do Executivo Municipal em baixar essa taxa e, portanto, refletiu-se aqui.

Sobre o IMT. Estamos a ver o comportamento do IMT que é uma taxa que não depende diretamente daquilo que é a Câmara e que também supostamente irá ser mexida. Mas a expectativa que nós temos, se não houver inversões naquilo que tem sido o processo dos últimos dois anos, pelo menos, pois temos a expectativa de receber 4,5 milhões de euros. O que poderá não acontecer, mas vamos esperar. Portanto, sobre este valor, tenho uma expectativa, se calhar, diferente, mas tenho, na apresentação do orçamento, tenho que utilizar a média dos últimos 24 meses e, portanto, com aquilo que se perspetiva que ainda possa acontecer na receita entre novembro e dezembro, ele suba acima dos 4.42 milhões de euros e portanto, ultrapasse, depois, esta média de 4,5 que está a ser utilizado.

Sobre o Imposto Único de Circulação, IUC, tínhamos, aqui, alguma expectativa, até pela intenção do Governo, depois recuou. Portanto, nós calculámos isto com a média. Também podem ver que poderá andar num valor abaixo daquilo que foi a receita esperada em 2022. Poderá andar aqui muito próximo de 2021. De qualquer maneira, resultados só no final do jogo e, portanto, vamos ver como é que isto acontece.

A Derrama, ela tem vindo a subir, portanto, mostra o bom desempenho das empresas. É evidente que já falámos muito, hoje, sobre a derrama, sobre os impostos, tivemos aqui 2 horas e 10, como referi há bocado. E, portanto, depende muito também de amortização desse capital, que é o resultado líquido das empresas, se é feito ou não. E, portanto, influencia diretamente também este resultado que está aqui. De qualquer maneira, no orçamento atual nós contemplamos aqui 2 milhões de euros, o que dá quase 15 milhões de euros desta receita de impostos diretos. Têm os gráficos que mostram o comportamento deles nos últimos 5 anos. Portanto, para também termos aqui um fator comparativo àquilo que é o mandato da equipa atual que está na Câmara. Mas que poderá também refletir um bocadinho do ano anterior. Podemos ir mais longe. Há bocado, quando referi aquilo que era a Derrama fui, por exemplo, aos dados referentes àquilo que era o desemprego em 2013, mas há outros dados também interessantes, mas tornaria-se muito pesado estar aqui a olhar para esses mapas comparativos que tenho, desde 2013. Portanto, que foi a altura em que também me tornei autarca e, portanto, acompanhei diretamente os processos nas duas autarquias, pela relação que criámos também, ambos os Presidentes. E, portanto, fui analisando isso. E, também, aqui, valorizando o desempenho do partido com quem estive a trabalhar. E, portanto, teria esses mapas também para analisar.

Relativamente às taxas específicas das autarquias, mantendo-se aquilo que são os regulamentos que estão em vigor e havendo alguma revisão nesses regulamentos, e, muitos deles, até têm a atuação da taxa de inflação direta nos preços. Recordo aquilo que é cobrado, por exemplo, nos nossos portos de pesca e nos nossos que também têm a hipótese de recolher barcos de recreio, e o aumento gradual que custa ter um barco nessas coisas. São

valores muito pequenos, mas temos aqui também o comportamento que têm tido essas receitas.

É evidente que nós temos sido, temos atuado fortemente nesta área por duas razões muito, muito... e serei muito objetivo sobre essa matéria.

O colega anterior, em 2021, face às razões que se apresentavam na economia, devolveu e deixou de cobrar algumas taxas, o que muitas das pessoas entenderam que seria uma coisa para se ficar. E houve comportamentos naquilo que é a utilização do espaço público que as pessoas esqueceram e, portanto, nós estamos, neste momento, a fazer um relatório exaustivo sobre isso. Já está a mostrar algumas evidências de algumas cobranças que foram realmente feitas, mas não foram liquidadas pelos proprietários, e, portanto, tendencialmente poderemos manter estes valores, em 2024, ou até subir um bocadinho. Olhando para trás, vendo aquilo que estava em 202° e 2019. E se virmos há aqui um valor, que é o loteamento e obras, que já mostra aqui algum indicador. De qualquer maneira, nós estamos a pautar por baixo esse valor, em 2024, porque achamos que possa haver aqui alguma recessão neste valor de cobrança.

E, portanto, deixo aqui também explanado este trabalho que foi feito e que espelha bem as nossas decisões em termos orçamentais, para depois atribuirmos a despesa específica pelo que é a receita.

Sobre a participação dos impostos do Estado e, nomeadamente, o Fundo de Financiamento de Descentralização. Portanto, vejam como é que está aqui a participação dos municípios nos impostos do Estado. Portanto, aquilo que tem vindo a acontecer, e a expectativa que nós temos por uma atuação muito positiva por parte da Associação Nacional de Municípios, e, portanto, esperamos, neste momento, subir este valor, e também com o acordo do atual Governo neste processo.

Relativamente àquilo que é a descentralização, poderão ver aqui que a descentralização, neste momento, já ocupa aqui 4,5 milhões de euros e, portanto, ainda estamos aqui, neste momento, com comissões de acompanhamento na área social e na área da saúde. Não acredito que se perspetiva, aqui, um grande aumento, porque são valores muito baixos e, portanto, afetando aqui 10% ou 15%, é um valor relativamente baixo. Nos 3.7 da educação seria alto, mas nos outros é relativamente baixo. E, portanto, é esta o espectro que nós temos. E, portanto, de 23 para 24, temos, aqui, uma contribuição igual de 34% sobre aquilo que é a participação dos impostos no nosso município.

Relativamente às subvenções e benefícios atribuídos, também, aqui, já olhando para o lado da despesa e vendo, aqui, isto, de alguma forma, com a nossa intenção de ter vindo a ter um comportamento também gradual de subida à medida que as expectativas são maiores, mas vê-se, aqui, nas Associações de Pais o peso que tem nestas subvenções e benefícios atribuídos. Porque é que isto acontece? Porque temos mais 175 alunos, temos mais necessidades naquilo que é a área da educação. Tem acontecido que as Associações de Pais têm uma subvenção por um regulamento próprio para as Associações de Pais e, portanto, a atribuição de valores depende também do número de indivíduos, de estudantes e, portanto, de alunos. Portanto, aqui temos expectativa de subir. O ano passado tivemos dois jardins de infância, este ano já temos estes 175 alunos. Temos, por exemplo, nos últimos dias também o crescimento de uma turma do pré-escolar e, portanto, isto irá tendencialmente subir este valor. É evidente que para isto contribuirá também as nossas decisões em fevereiro, com aquele que possa ser o resultado do saldo gerência, com uma redistribuição desses valores, afetando a estes valores que, hoje, estão aqui, valores que possam também, depois, ser utilizados para a distribuição.

E, portanto, fica também aqui o espelho daquilo que nós perspetivamos para 2024 relativamente a esta matéria, havendo, principalmente de 2022 para 2024, um aumento de meio milhão de euros. Portanto, fica aqui espelhado.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, dar-vos aqui uma nota daquilo que são os 40 milhões perspetivados, os 17 milhões definidos, 17.6, e os não definidos 22, que poderão ter do saldo de gerência logo uma utilização para cobertura deste valor.

No plano plurianual anual de investimentos, temos aqui 26,3 milhões e naquilo que é o Plano de Atividades, 13,4.

Relativamente àquilo que são as funções gerais, e se eu andar um bocadinho para a frente, estamos a falar, por exemplo, naquilo que é eficiência energética das piscinas ou nos bombeiros ou no serviço de emergência e proteção civil, temos aqui um valor perspetivado de 2,3 milhões de euros, face a um crescente que poderá acontecer nos próximos anos, devido ao investimento, e, depois, cair no plurianual.

Relativamente às funções sociais, onde temos aqui a questão do ensino básico e do secundário e todos os investimentos que queremos fazer, não temos aqui os apoios às

associações de pais, que se perspetivam, ali, de 752 mil euros, e no desporto nas escolas, 32 mil para aquilo que é necessário fazer como atividade, mas, também, na Carta Educativa Municipal, os 30.5 mil euros que são importantes porque é necessário ter este documento também para as candidaturas que estamos a fazer. Relativamente às funções económicas. Estas funções sociais, como veem, representam 11.8 milhões de euros.

Relativamente às funções económicas, temos 3.0, o que representa, aqui, neste caso, a manutenção de cais dos municípios, as ligações da rua da Coutada à Via das Lavegadas, o aparecimento do novo lar na Gafanha de Aquém, a extensão da rua professor Mário Campolargo, aquela questão da ponte da Vista Alegre e, aqui, nós colocamos, em maior parte deste documento que vocês tiveram a hipótese de consultar e estudar, metemos estas obras como definido para, a partir de janeiro, arrancarmos logo com as decisões de projeto ou de execução, e, portanto, não estarmos à espera que o saldo gerência venha fazer, depois, com que esta abertura de obras esteja condicionada a fevereiro. E, portanto, vamos tentar que no início do ano consigamos logo avançar.

Relativamente às Juntas de Freguesia, a perspetiva é que possam passar para 650 mil euros o apoio às Juntas de Freguesia, não só naquilo que é a descentralização, mas nos contratos interadministrativos.

Relativamente ao quadro de pessoal, visto que o tempo está a terminar, se já não terminou, portanto temos aqui.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:58:23")

«Já terminou, Senhor Presidente. Queira concluir.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:58:25")

«Se me dá licença só... Muito obrigado, Senhor Presidente.

Relativamente àquilo que é o espelho do trabalho que foi feito anteriormente, portanto, em 21 nós tínhamos aqui 617 trabalhadores, perspetivamos ter 742.

É preciso ocupar estes lugares, é preciso fazer concursos, portanto, há quebras aqui relativamente aos anos anteriores, em algumas matérias, há outros que sobem, mas espelha bem aquilo que tem sido o comportamento da Câmara ao longo deste tempo. E, portanto, se vocês virem nos existentes e ocupados e a ocupar, só vendo 2021 nós tínhamos aqui 521 lugares, 96 por ocupar; em 2022, 543, 89 para ocupar; em 2023, 536, 170 para ocupar e agora perspetivamos 585, 157, resolvendo muito daquilo que são a precariedade na administração pública, alguns contratos emprego de inserção e outros que vão socorrendo também a nossa atividade.

É tudo, Senhor Presidente. Estou disponível para todas as explicações. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:59:32")

«Muito obrigado. Vamos então abrir as inscrições para uma primeira ronda de intervenções. Portanto, a ordem é PS, 'Unir', PSD e Chega.

Partido Socialista, alguém se inscreve? Luís Leitão. Muito bem. 'Unir'? Rui Rufino. PSD? Margarida e Flor Agostinho. Chega? Ok, muito bem. Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (03:00:45")

«Vou aproveitar para agradecer a cortesia da Senhor Presidente. Esta tacinha de espumante e este bolo-rei, caiu-nos na nossa parte mais fraca. E eu cheguei a ter momentos de fraqueza e pensei assim: vou ser mais contemplativo, mas, depois, caí na realidade, mas não deixo de assinalar o gesto.

E dizer, Senhor Presidente, que nem tudo é como no tempo do PSD. Nota-se uma abertura diferente. Nota-se que fez escola, teve escola durante algum tempo e ajudou-o a fazer também diferente. Até mesmo na climatização desta sala nota-se que há algum planeamento, ao contrário do anterior que só ligavam quando nós chegamos e, portanto, a sala aquecia quando nós saíamos. Portanto, muito obrigado, Senhor Presidente, é assim, boas condições para todos nós. Estas coisas podem-se dizer com um tom de brincadeira, mas são muito sérias. E, na verdade, espero que continuem a ligar o aquecimento a tempo e horas. E nos dias duros de Inverno, um chazinho também é bem-vindo, em vez desta água fria.

Já que estou nesta maré de pedir, Senhor Presidente, fica a nota, muito obrigado, porque, no fundo, chá é água quente e qualquer coisa a corar.

Aproveito também para dizer duas ou três coisas. E já que estou aqui, aproveitar para dizer ainda sobre o ponto que vinha de trás, sobre o comentário do Pedro Cristo, e por que isto se enquadra nas Grandes Opções do Plano e a matéria que estava anterior, dizer que a desvalorização cerca do IMI, dos imóveis. Os imóveis não são necessariamente abandonados, estão devolutos, como disse o Pedro Martins, e as multas não têm, necessariamente, que ser irrelevantes. São irrelevantes quando nós não queremos ter a capacidade de lutar por aquilo que acreditamos. E, portanto, há na lei espaço para que as coisas sejam diferentes. Pode aplicar-se uma taxa diferente, aqui só se fala nos 30%, mas há na lei espaço para se praticarem limites até 6 vezes o valor do IMI. É tudo uma questão de querermos, ou não, apostar. É verdade que, socialmente, pode haver um agregado familiar que está em disputa por partilhas e eterniza-se, ali, uma situação que é sempre muito complicada de resolver. Mas há alturas que são estratégicas, de especulação imobiliária, de esperar pelo tempo certo para pôr no mercado um produto. E para essa gente deve ser eventualmente acautelado de outra forma, por isso é que as coisas deveriam ser agilizadas de outra maneira.

Quanto ao Senhor Presidente da Câmara, não deixa de ser interessante perceber que nas críticas, por exemplo, em relação ao programa Discurso Direto, está muito parecido com o PSD. Já antiga gestão do PSD criticava muito o conteúdo e as participações no programa, neste caso, da Rádio Terra Nova. Mas isto é um pouco o sinal dos tempos, é da cadeira em que se sentam. Dantes também não estava lá o PSD, não participava e agora participa. Isto tem a ver com a democracia e com o espaço e, na verdade, eu sei que, muitas vezes, quem tem o direito de fazer, que é diferente do direito de criticar, e, portanto, normalmente as pessoas sentem muito o toque quando são postos em causa os seus desempenhos. Mas pronto, a vida é isto mesmo e as afirmações ficam com quem as profere. E, portanto, quem diz lá algumas coisas menos bem preparadas tem que ser responsabilizado por isso. E, portanto, as pessoas que os ouvem é que criticam, portanto, quem acredita no que está a fazer, tem que fazer. E pronto.

Sobre as grandes opções do plano, apetece-me dizer o seguinte. Apetece-me e devo dizer. É que, caindo na realidade desta proposta, a proposta de orçamento é, no seu essencial, aquilo que nós temos vindo a considerar: uma má proposta. Considerámos uma má proposta no ano passado, consideramos uma má proposta este ano. Infelizmente, também não tive que me cansar muito para preparar este ponto da ordem de trabalhos, porque bastou ter em conta, um pouco, as notas que tomei da minha intervenção no ano anterior e mantenho os mesmos argumentos, mas poderia até a limitar-me a fazer a leitura da minha intervenção do ano passado, se eu tivesse totalmente escrita.

Aqui, parece que estamos em sintonia com o PSD, mas com uma tendência analítica em sentido contrário. Não há nenhuma divergência de fundo entre as propostas desta maioria e as da anterior, que eram as do PSD. Na verdade, esta é, para nós, a grande semelhança da atividade do seu mandato, na sua generalidade, há uma identidade com a gestão anterior e é aqui que me preocupa. Nomeadamente, porque a diferença, Senhor Presidente, é que nós considerávamos que o modelo de gestão estratégico era errado, que o modelo de gestão, sistematicamente, apontava no mesmo caminho e nós pedíamos uma mudança. O senhor também pediu uma mudança. Estávamos certos, Senhor Presidente, ambos os dois, como se costuma dizer, estávamos certos, Senhor Presidente. A mudança reclamada pelos ilhavenses que atribuíram a vitória ao UPF, a vitória a si, Senhor Presidente, atribuíram-lhe uma vitória porque reclamavam mudança. Esta maioria do UPF está cada vez mais igual à anterior, à maioria do PSD. É por isto que tanto criticamos. Pois, os senhores, não estão a cumprir um mandato de mudança. Estão a fazer um mandato de sobrevivência, um mandato de sobrevivência. Mandato de sobrevivência porque se mantêm por concretizar a vontade de mudança que os eleitores reclamaram. Já não é só uma questão de aprendizagem. Estamos a caminho do terceiro ano de mandato e o ritmo mantém-se igual, portanto, parece-me que falta, ou sinto que falta, ousadia às vossas iniciativas e, portanto, estão a aplicar uma receita que não vos foi prescrita. O Senhor Presidente e a sua equipa devem uma receita de mudança aos eleitores. Não se vislumbra, no vosso plano, uma receita de mudança. A proposta deste plano é, pois, a meu entender, e no entender do Partido Socialista, uma má proposta também porque não se construiu, também, numa base de diálogo. Esta maioria continua, não sei se insiste, mas continua em governar sem dialogar verdadeiramente com a oposição. E porque é que eu digo isto, Senhor Presidente? Porque nenhuma sugestão do Partido Socialista foi tida em conta. Apesar do seu esforço, reconheço a mudança, até, da sua postura em relação ao ano anterior, durante o período da consulta prévia, o Senhor Presidente foi muito mais proativo, muito mais positivo, tentou de forma mais desinibida apresentar aquilo que tinha, que tentou ou que quis passar nas nossas reuniões, mas aquilo que nos parece é que esta

consulta prévia foi uma mera formalidade, uma formalidade legal que cumpriu. Cumpriu a legalidade, mas não escutou e não operacionalizou, dentro daquilo que seria razoável, porque nem tudo aquilo que nós possamos ter sugerido seria impossível de aceitar. Portanto, o Senhor está fechado no seu projeto, tá fechado em si próprio. Não sei se aceitou alguma sugestão do PSD, mas acredito que não terá sido necessário porque, dada a identidade de prática, não seria necessário ter ouvido o Partido Social Democrata.

Não só, mas também por isso, parece-me que não resta outra posição ao partido Socialista que não seja a da discordância frontal com este orçamento. Tal como no passado, votaríamos contra este orçamento, se as condições, se não estivéssemos condicionados na nossa liberdade de voto, votaríamos contra este orçamento. Estamos condicionados por um sentido de responsabilidade, não que alguém nos esteja a apontar uma arma. É em nome da estabilidade que nós pretendemos continuar a viabilizar este mandato, não por ser um orçamento bem feito, mas sim por ser um orçamento onde não se sabe o que fazer ao dinheiro. Por ser um orçamento onde o dinheiro parece que atrapalha. Um orçamento com saldo de gerência de 9 milhões. Mas eu, aqui, vou discordar do Senhor Presidente e da cultura que se pode passar. O dinheiro não faz mal a ninguém. Dinheiro até ajuda. O dinheiro não pode é ser um empecilho. Este não é um dinheiro ganho no totoloto, este é um dinheiro ganho com o dinheiro dos contribuintes e, portanto, ele tem que ser recebido no sentido de ser aplicado. Se não se sabe o que é que se vai fazer, não se deve insistir em continuar a extrair o dinheiro aos municípios. Se houvesse neste mandato, se houvesse neste plano que vimos aqui há pouco, uma luzinha clara de uma obra, de uma causa comum, o IMI poderia ser elevado ao escalão mais alto. Por exemplo, a uma causa comum que apela a que o cidadão ilhavense vai ter que contribuir, fazer um esforço adicional, porque vamos fazer uma grande obra que vai servir a todos. Se não há esse caminho, o dinheiro está a mais e daí aqueles comentários que fiz na minha intervenção anterior. E é nesse sentido que o saldo de gerência passa a ser algo criticável, e, portanto, pode ser gerido e orientado de outra maneira.

Votaríamos, sim, contra este orçamento por não revelarem, também, o que conseguem fazer com tantos milhões. A receita a aumentar anualmente e a despesa continua relativamente estagnada, há alguns anos. Para quem nos vê lá em casa e aqui, no público, e possa estar menos atento aos números que estamos a ver, diríamos que por cada milhão de receita que a Câmara arrecada, esta maioria coloca 30%, cerca de 300 mil euros, no cofre. Ficam 30% de cada milhão que entra, fica no cofre à espera de aparecer uma causa que possa justificar a sua utilização.

Há fontes de financiamento diferentes. O endividamento não é pecado e o endividamento é um instrumento de gestão. Excesso de dinheiro, não nos leva a lado nenhum.

Para quando uma política ativa, Senhor Presidente? Uma política ativa de apoio à reabilitação urbana, por exemplo? Uma política ativa que permita apostar na habitação e na educação? Ou, se pretender, mais na habitação e mais na educação. Uma política ativa de suporte aos mais jovens? Porque não os mais jovens terem também uma luz mais acentuada que permita que o túnel não seja tão longo? Um conjunto global de diversos apoios aos municípios. Não quero aqui dizer que Ilhavo entre na mesma necessidade que alguns colegas seus, que, hoje, se calhar, de forma populista, se substituem ao próprio SNS, oferecendo seguros de saúde aos municípios. Acho que também convém não entrar nessas realidades ou, pelo menos, essa não é a realidade do nosso Concelho. Mas pode haver outras ofertas que possam ser necessárias para os municípios. Uma das ofertas pode ser, por exemplo, outra vez a questão da taxa de IRS, diminuir o IMI sempre que necessário. Tal como defendi no ano anterior, e como defendo, hoje, o dinheiro é para investir diretamente na comunidade. Dinheiro no banco traz miséria, dinheiro no banco desvaloriza-se e beneficia os horários. Senhor Presidente, dinheiro no banco rende juros, dinheiro investido na comunidade gera desenvolvimento. Consideramos, pois, as Grandes Opções do Plano uma má proposta, as Grandes Opções do Plano são um plano desajustado da realidade que prevê investimentos num total de 40 milhões, pouco esclarecidos, nada definidos, quando orçamento da Câmara é apenas de 36 milhões. Este *gap* o Senhor passou muito à pressa. Esta diferença poderia ter sido bem explicada para que nós não tivéssemos a tentação, sequer, de utilizar esta diferença como uma arma de arremesso para uma crítica. O senhor teve aqui um momento de nos poder explicar porque é que tem investimentos previstos 40 milhões e um orçamento de 36. Ficou-lhe ali um bocado atrapalhado e passou um bocadinho à pressa. Não tem previstas também as fontes de financiamento para aqueles 22 milhões que fala que estavam ali previstos naqueles 40 milhões. Ou então, há outra visão estratégica que desconhecemos. Ou seja, pelo menos, mais de metade daquilo que o senhor referenciou ali não está estruturado, será provavelmente para não fazer. Podia, hoje, em homenagem à sua proposta ler, em jeito de moeda de troca, um poema de uma banda portuguesa que o senhor me recordou que existia,

que eram uns lunáticos, de seu nome. O poema era “Estou na lua”, mas não vou fazer para não estragar a fonte de inspiração. Ou antes, utilizar uma música de Jorge Palma que é o “Deixa me rir”, apesar da discordância. Deixe-me rir, Senhor Presidente, porque algo aqui não faz sentido. Por isso, o PS não vota contra. Não vota contra pela responsabilidade de viabilização da sua governação, mas esta é uma má proposta. Esta má proposta deve responsabilizar o UPF e a sua gestão. Deve-se exigir muito mais a esta maioria, pois essa foi a vontade dos eleitores. A vontade da mudança não está plasmada neste documento.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (03:17:17”)

«Boa noite. Obrigado, Senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, restantes Membros da Assembleia, estimado público aqui presente e em suas casas. Venho destacar alguns pontos das Grandes Opções do Plano e de alguns dos principais projetos que vamos abraçar no próximo ano.

Com a governação bem consolidada, chegamos ao nosso terceiro orçamento, o qual garante a continuidade daquilo que de mais relevante tem sido feito e que vai continuar a ser feito.

Requalificamos, e vamos continuar a requalificar, os equipamentos municipais. Melhorámos, e vamos continuar a melhorar, o espaço público. Valorizamos, e vamos continuar a valorizar, a educação e a maior idade. Aumentámos, e vamos continuar a aumentar, a vivência em comunidade. Promovemos, e vamos continuar a promover, a sustentabilidade do nosso município. Assegurámos, e vamos continuar a assegurar, o equilíbrio das contas e a diminuição da dívida da Câmara Municipal. Apoiamos, e vamos continuar a apoiar, as associações locais. Organizamos, e vamos continuar a organizar, um número elevado de festivais e eventos culturais. Em suma, iremos, portanto, continuar a investir na educação, na saúde, nas infraestruturas, no espaço público, no ambiente, na cultura.

Porém, este documento relativo às Grandes Opções do Plano para 2024 não se limita a iniciar a continuação daquilo que foi feito e bem feito. Podemos constatar que, além de irmos investir cada vez mais naquilo que já tem sido prática destes últimos anos, vamos também acrescentar, construir, inovar em vista do desenvolvimento e da modernização do Concelho de Ílhavo.

O orçamento para 2024 prevê o início da construção de novos projetos e novas obras de enorme relevância para o progresso do nosso município. Desde logo, importa destacar, claro, a execução dos projetos de reabilitação das escolas secundária Doutor João Carlos Justino Gomes, a básica José Ferreira Pinto Basto e básica Professor Fernando Martins. Finalmente vamos ter escolas modernas, com condições de garantir um serviço educativo de excelência, como merecem os nossos alunos e a comunidade educativa no seu todo. Além disto, irá ser apresentado um novo projeto de remodelação e ampliação da Escola Básica da Gafanha da Encarnação Norte.

Com o mesmo destaque, referência também para a remodelação dos centros de saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, estando ainda prevista uma intervenção nas extensões de saúde da Costa Nova e da Gafanha do Carmo.

Vamos também reabilitar as piscinas municipais de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, o pavilhão capitão Adriano Nordeste, a Fábrica das Ideias e a cobertura do Museu Marítimo de Ílhavo.

Iremos ainda requalificar a envolvente ao Mercado da Costa Nova e da loja de turismo, bem como várias estradas, ruas e espaços públicos do nosso Concelho.

Menção ainda para o desenvolvimento dos estudos estratégicos para o novo centro da cidade da Gafanha Nazaré e para o projeto de execução de uma nova ponte na Vista Alegre.

E, por último, quero salientar o facto de irmos avançar com a tão premente e necessária obra do saneamento básico da Gafanha do Carmo. Consideramos que esta talvez seja, neste momento, a prioridade das prioridades, pois antes de avançar para obras de vulto que enriqueçam e façam aumentar a qualidade de vida dos munícipes, temos de assegurar as suas necessidades básicas.

Estas são apenas algumas das principais obras e projetos previstos para o próximo ano e que terão extrema relevância no desenvolvimento da nossa terra. Além destes, há muitos outros, e, além de uns e outros, há garantir continuidade do trabalho e das atividades que têm sido feitas nos últimos dois anos.

Claro que neste orçamento estão enunciados valores e projetos plurianuais que não dizem respeito apenas ao ano de 2024. Este orçamento, face à magnitude e complexidade de algumas obras, irá associar-se inevitavelmente com os orçamentos dos anos seguintes, mas não é possível concluir tudo aquilo que aqui se projeta num só e único ano. Portanto, não confundamos os nossos munícipes quando se sugere que o orçamento não é para 2024. Este orçamento é para 2024, mas naturalmente muito do que aqui está projetado não poderá ser

concluído em 2024. Pelo que não se pode confundir o valor total da obra com o valor que vai ser investido no próximo ano quando se iniciar esta obra.

E ao contrário do que tem sido sugerido pela oposição, este é um orçamento realista e ambicioso. Ambicioso porque está a trabalhar para se conseguir desenvolver e modernizar o Concelho de Ílhavo, através de um conjunto de grandes obras que têm sido, sistematicamente, adiadas nos últimos anos e que, finalmente, vão ser concretizadas.

Realista por apenas se avançar com estas obras na posse da certeza da existência de inequívocas condições financeiras para as executar de forma a que jamais esteja em causa a sustentabilidade das contas da Câmara Municipal. E é isto que deve tranquilizar e dar confiança aos munícipes.

Estamos determinados, sabemos o que queremos. Não é a eventual disponibilidade de fundos que orienta as nossas escolhas. Ao contrário, somos nós que definimos aquelas que consideramos serem as prioridades para o nosso Concelho. É em função das opções políticas que tomamos que vamos, realisticamente, encontrar forma de as concretizar, com seriedade e com responsabilidade. Nós, no Movimento 'Unira Para Fazer' queremos e estamos a ir sempre mais longe, mas com os pés bem assentes no chão. Os munícipes sabem que não abdicamos deste sentido de responsabilidade e é respeitá-lo que vamos transformar Ílhavo no Concelho mais moderno e atrativo. Para irmos mais longe, não nos podemos perder num lugar em que nos encontramos. Para conquistarmos o futuro, não podemos deixar de responder aos problemas e desafios do presente. Este equilíbrio, esta moderação, esta racionalidade nunca deixarão de nortear a nossa ação. Este também é o nosso compromisso.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:23':38")

«Boa noite a todos, novamente. Eu, às vezes, fico perplexa com aquilo que eu ouço. Se as obras não é para fazer em 2024, porque é que estão no orçamento? É a apresentação de um programa ou apresentação de Grandes Opções do Plano e Orçamento? A sério, Rufino, não consegui entender, não consigo entender. Porque, naturalmente as coisas é para a frente. É que é a primeira vez que eu ouço isto, de alguma experiência que tenho que, pelos vistos, a experiência de alguns é má, para alguns. Eu acho que não. Da mesma forma que a entrada de jovens aqui, para mim, é sinal de bons tempos, sinal que as laranjas estão vigorosas, que têm sumo e que cá estamos para dar bons frutos, não correndo o risco de que o verde passe a queimado, porque, muitas vezes, estas coisas também podem acontecer.

E permitam-me, já que podem usar este tipo de abordagem, eu também fazer. Porque quem não se sente, não é filho de boa gente. E eu já ando há algum tempo com as laranjas na mão e as laranjas são sumarentas. Muitas vezes causam alguns dissabores, porque as rosas também secam. Mas pronto, faz parte dos ciclos, e nós cá estamos sempre disponíveis para avançar.

Agora, esta, de facto, de dizer que o orçamento, aquilo que está projetado no orçamento, não se vai concretizar em 2024, preocupa-me. Cá estaremos para avaliar as contas de 2024 para depois podermos ajustar, aqui, as contas.

E não vou que se o orçamento fosse mau, porque é que se abstêm? Nós abtemo-nos porque gostamos de estabilidade. Nós não podemos ir para a rádio ou para os cafés - eu não frequento cafés, mas ouço a rádio - dizer que se o orçamento é mau e as grandes opções do plano são más porque é que a gente se abstêm? Temos sentido de responsabilidade, compromisso com as pessoas e respeitámos, e sempre respeitaremos, o voto das pessoas. Não somos irresponsáveis, não somos do contra porque dizemos que sim. Isso não é da nossa ala, do nosso âmbito político, onde o Partido Social Democrata se enquadra. Cada um fala de si. Mas falar em laranjas espremidas e tal... às vezes há, assim, um certo nervosismo e fazer comparações com as pessoas que até são homenageadas usando vernáculo. As pessoas são o que são. Eu acabei por ter um desabafo, e peço desculpa, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizer, parece que está a ser criada, aqui, cria um clone, porque muitas vezes a inveja fica mal. A inveja é um pecado mortal. E se as pessoas deixam obra, e fazem obra, e continuam a fazer obra, e estão disponíveis, e não veem a política como um emprego, e não veem que a política traz dividendos financeiros, essas pessoas são reconhecidas, são trabalhadas. Não é vir para aqui fazer comparações do Continente de Ílhavo com o Continente da Gafanha da Nazaré, as coisas são completamente diferentes. Senhor Presidente, isto eu tinha que lhe responder à letra. Porque há coisas que provavelmente a pessoa em causa poderá lhe responder a devido tempo. Esteja preparado. Esteja preparado porque é um político atento e no que toca ao deve e haver e obra feita, o senhor ainda tem muito que caminhar, tem muito que trabalhar, muitas horas extraordinárias não pagas a dar do seu trabalho, porque há coisas e considerações que lhe ficam mal. Ficam-

lhe muito mal. Da mesma forma que a falta de respeito pelos Membros que aqui estão, na Assembleia Municipal, depois de dois dias de trabalho, virem aqui fazer uma representação, fazerem perguntas, não terem respostas. É uma falta de respeito para um órgão democrático como uma Assembleia Municipal. Permita-me que lho diga. E se vamos entrar pelo vernáculo, eu também sou capaz de o fazer, só que faço com outra categoria, se bem me faço entender. Não use, nem ridicularize ninguém para fazer vernáculo, nem para usar a abordagem e o ataque pessoal. Se quiser fazer um ataque pessoal à pessoa faça-lho diretamente. Não é dirigindo-se para mim, comparando a situação da inauguração dos estabelecimentos. Porque acho que lhe ficou, mais uma vez, deselegante, ficou-lhe mal. Não é bom.

Começa a ser um Presidente de Câmara que, de facto, que eu me recordo também já tocou bombos como Presidente de Junta, não é? E não foi por aí que eu achei que foi mal, não.

Festejou com o povo dele e acho que sim, que as coisas devem ser como devem ser. Enquadrei o assunto na questão do comércio tradicional e aquilo que nós estávamos a debater que tem a ver com o pacote fiscal.

O Senhor Presidente da Câmara fala muito do pacote fiscal e fala outra vez do pacote fiscal. E refugia-se sempre no fiscal. Eu acho que o Guterres tinha a paixão da educação. O Senhor Presidente da Câmara tem a paixão do pacote fiscal. Só pode ser, porque apresentar um orçamento com um pacote fiscal, e as receitas que vêm do pacote fiscal, e vai haver investimentos que estão projetados.

Há aqui uma coisa que eu também não percebi. Fala-se no centro de saúde da Gafanha da Nazaré e de Ílhavo, mas, ontem, nós analisámos um processo, um ponto de ordem de trabalhos, em que estava em análise, estava em respostas, estavam a ser consultados. Portanto, nem é em 2024, com certeza, que vão tocar no assunto, até porque, ao abrigo do PRR, as coisas não são assim tão fáceis, como o meu antecessor falou.

Portanto, nós, quando falamos com as coisas, temos que factualizar com responsabilidade, porque o povo vai cobrar isso, não tenham dúvidas. Isto é muito grave. Não tenham dúvidas que o povo da Gafanha de Nazaré vai cobrar isto ao 'Unir Para Fazer'. Então os Senhores, andaram a dizer, que até fizeram um orçamento de uma obra que está ao abrigo do PRR, mas no dia anterior estava em informação e dão a dizer que em 2024 aparece a obra, mas pode ser concluído mais à frente. Eu acho que nem o Partido Socialista conseguia fazer melhor. Permita-me que eu diga.

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, apresentado pelo Movimento 'Unir Para Fazer', fica, manifestamente, aquém das expectativas do Partido Social Democrata. O enunciado é um conjunto de informações mais ou menos dispersas, nomeadamente aquelas páginas das ações que aparecem na atividade do Presidente e aparecem também no plano, no documento aqui apresentado. É uma coisa *copy paste* contendo muito pouca informação relevante. Como seriam a divisão por áreas e setores de atuação, projetos pensados com detalhe e ponto de situação dos mesmos? Não há. É um documento que redundava nos mesmos argumentos, página após página, espalha vontades e generalidade sem novidades, tudo é remetido para um tempo futuro.

No que à concretização diz respeito, ainda previsional, porque é um documento previsional, trata-se de um orçamento indefinido, enumerando promessas que sabemos serão impossíveis de realizar. E, por isso, está claramente a enganar o povo. Curiosamente, são referidas atividades e projetos que fazem parte da história da Câmara Municipal de Ílhavo há anos e outras que mais não são do que obrigações que decorrem da gestão corrente de uma Câmara Municipal. Como exemplo, falamos do Fundo Municipal de Apoio às Famílias e Indivíduos Carenciados; de refeições, o investimento cresceu porque cresceu o número de alunos almoçar nas escolas - pode ser um sinal de pobreza - dos transportes escolares; das atividades de enriquecimento curricular; do mariato, enfim, surgem no decorrer do documento e são destacados como se fossem novas medidas. São, evidentemente, medidas importantes, até porque têm influência direta na vida dos munícipes, mas não se revestem de novidade. É preciso mais e melhor ambição. É necessário ousar para fazer.

O texto refere ainda um hipotético centro municipal de proteção civil sem orçamento. Portanto, mais não é que uma intenção vaga. Um, centro interpretativo de indústrias criativas, uma equipa multidisciplinar para trabalhar com a rede local de apoio social, eventualmente financiada. Relativamente a esta equipa, sabemos que se trata do radar social que decorre de uma candidatura da Câmara Municipal de Ílhavo aos fundos do ISS, um financiamento que abrange todas as câmaras do país e é certo que vai ser aprovado. Mas então questionamos porque não se explicam as matérias às pessoas de forma séria e correta? Falar de milhares de euros, de milhões de euros de investimento é fácil. Não existe, entretanto, um suporte orçamental para tanto milhão que se promete. Encontramos *masterplan*, concursos de ideias, estudos estratégicos, planos de mobilidade urbana sustentável, mas depois trocamos

ciclovias por mais estacionamento. Medidas concretas precisam-se. Não podemos continuar no estamos a trabalhar para. É urgente avançar para a operacionalização de projetos, têm de vir para o terreno e sair do papel e do campo das intenções. Tornar o nosso território num lugar mais desenvolvido, justo, atrativo e sustentável para quem aqui vive, estuda, investe e trabalha. Aumento da qualidade de vida de todos, executando o programa que os municípios validaram e confiaram a executar. Para já, e passado 2 anos, não passa de um slogan, Senhor Presidente. Isto não passa de um slogan integrado na imagem que se quer fazer passar, continua a navegar-se à vista e sem certezas acerca dos grandes investimentos previstos.

No momento em que a habitação se reveste de uma importância primordial, a estratégia local de habitação não avança. Continuaremos a apostar na execução, disse. Mas a realidade não traduz avanços que possam traduzir em melhoria na vida das famílias. Na habitação, que medidas suplementares e urgentes, para além da estratégia local de habitação, que é uma medida focada num subconjunto de agregados muito específicos e de carência extrema, mas que estratégia e medidas consequentes, não para a estratégia local de habitação, mas para promover Ílhavo como local de habitação estratégico?

Sublinhamos os investimentos no Laboratório de Envelhecimento e no Fórum da Maior Idade, mas é urgente criar mecanismos de apoiar a população idosa, que não tem como sair de casa e deslocar-se a estes espaços. É necessário criar uma rede de apoio a esta população que carece de atenção e cuidados, numa parceria efetiva com a saúde, com a GNR que tem provas dadas nesta matéria - assim foi quando nós estivemos na governança do município - além de outras entidades. Visitar no Natal é importante, mas é tempo de ir mais além.

Estamos muito focados na programação dos espaços, mas é urgente levar a programação ao domicílio. Não são defensores de *again in place* ou é apenas mais uma parangona. Uma vez que haverá registo de idosos sozinhos, esperamos que esse trabalho tenha sequência.

As verbas destinadas às Juntas de Freguesia são claramente insuficientes. 550 mil euros previstos num orçamento de quase 40 milhões de euros, de gastos que apresentam, é ridículo, mantendo o registo do orçamento anterior, embora em GOP se refiram a 650 mil euros, com importante fonte de financiamento não definida. Está a perceber diferença? A pergunta que colocamos é, não quer esta maioria que as Juntas de Freguesia se destaquem nas atividades e obras a realizar? Como estão os níveis de confiança desta maioria na competência e capacidade das Juntas de Freguesia? Constatamos, uma vez mais, que longe vai o tempo em que o senhor Presidente, enquanto Presidente de Junta, lutava afincadamente pelos interesses da sua Junta de Freguesia. A delegação de competências porque não avança? O prazo legal era 30 de junho. Estamos em novembro sem vislumbre de acordo à vista. O PSD sabe o que se passa. Ontem mesmo foi um exemplo disso a falta de negociação pela insuficiência de valores propostos para a atualização do auto de 2019.

Não se lê, no enunciado das GOP, nenhuma referência que revele confiança, investimento e articulação efetiva com as Juntas de Freguesia. Fala-se de investimento nas gafanhas, sem nunca mencionar as Juntas de Freguesia ou as ouvir. É necessário chegar à página 16 das GOP para se encontrar uma referência, uma alusão muito breve às Juntas de Freguesia. No entanto, apregoa-se a importância da autonomia local no desenvolvimento do território.

Dizia, o Senhor Presidente, numa reunião passada, cada euro de apoio às Juntas de Freguesia tem um retorno de 2 euros. Peço desculpa, mas conforme constatamos a mensagem da maioria vai mudando em função dos interesses e da espuma dos dias. E já que estamos na página 16, curioso ler "Revigoram-se os apoios logísticos e financeiros de cooperação e partilha às Juntas de Freguesia e às Associações, mas, na verdade, mantém-se o mesmo valor do ano anterior às associações culturais, sendo aliás, as únicas que não verão as suas verbas crescer.

Ainda assim, vai apostar-se, cada vez mais, na criação local, dizem as GOP. Os projetos e as ideias arrastam-se desde há dois anos até ao momento, escusados na crise da inflação, no aumento de preços e na conjuntura incerta e difícil.

O Município não avança e desculpando-se com todos estes argumentos vai fazendo crescer a vantagem financeira, acumulando saldos como se de um banco se tratasse. E não vamos falar de bancos que sei bem do que se trata.

Cautela e prudência, sim. Rigor também. Mas arrojo, visão, estratégia são fundamentais para o caminho do desenvolvimento social e económico do território.

Em termos mais financeiros, falamos num orçamento global da Câmara, para 2024, no montante de 36,7 milhões de euros, que compara com 31,15 milhões de euros para 2023, uma subida de 17.82%. Constatamos que, no ano passado, o orçamento apresentado pelo 'Unir Para Fazer' aumentou a receita fiscal prevista em milhão e meio. E para 2024, em cima desse aumento, em cima desse aumento de milhão e meio, temos agora uma receita, mas quase de milhões de euros cobrados, de 13 para 14.8 milhões de euros, previstos para 2024.

Portanto, nos últimos 2 anos, o orçamento, como previsão, apresenta mais 3,5 milhões de euros de receita fiscal, sem a mínima correspondência ou contrapartida em termos de obras e ou serviços prestados.

Quando analisamos o texto de apoio às GOP e Orçamento, parece que o município terá obras no terreno para o ano próximo de cerca de 60 milhões de euros, incluindo uma dinâmica de proatividade inexistente. Se não, vejamos.

O texto refere um número das obras com carácter multianual, apontando para o referido cerca de 60 milhões de euros, mas, entretanto, o orçamento anual é 36,7. Só que destes, apenas 10 milhões são despesas de capital, ou seja, de investimento. É um quarto do orçamento global.

Registamos, naturalmente, o foco e detalhe do UPF para a comunicação, ao contrário do PSD que comunica o que trabalha, o trabalho como foco, o realiza.

Ao nível do saldo gerência, mencionado no texto, refere que se estima permitir um acréscimo de mais de 5 milhões de euros, só para investimento. Fazem-nos estimar, antecipar e questionar quantos milhões de euros financiarão a atividade corrente, ou seja, quanto será o saldo de gerência total? Nada nos move em relação ao conceito de saldo de gerência, mas estando nós a falar de uma verba a ser cabimentada, destinada a, mas não executada, a dimensão e magnitude do saldo de gerência é, verdadeiramente, preocupante, pois saldos de gerência controlados também o PSD foi tendo e são um instrumento de política pública. Mas neste caso, estimando ainda, em termos macro, o saldo de gerência de 7,5 milhões de euros ou mais, estamos a falar de um ter um quarto do orçamento que se encontra parado e não executado. Desta forma, em cada 100 euros aprovado, cerca de 25, nós falamos em montantes mais pequeninos, encontram-se sem aplicação. Em termos de proporção e relativização, estamos a falar de um orçamento, por exemplo, de 10 Juntas de Freguesia de São Salvador.

O orçamento é este que se encontra parado. Ou seja, se pegarmos no trabalho anual de uma Junta de Freguesia com o tamanho de São Salvador, temos 10 anos parados em saldo de gerência na Câmara Municipal de Ílhavo. Em termos de fontes de financiamento e da leitura do texto de apoio e do mapa das GOP, é referido um nível de investimento municipal notável, com valor já definido de 17.638.350 euros, a que acrescerá o montante previsto de 2,5 milhões de euros de fontes de financiamento não definidas, que se traduzem em mais de 60% do orçamento sem fontes definidas de financiamento. Dúbio.

Corremos assim o risco de ter, neste volume abissal de Fontes de financiamento não definidas, uma enorme quantidade de projetos elencados e não serão concretizáveis em 2024.

Preocupante ainda é a rubrica da captação de fundos comunitários que, embora com a previsão de 3,3 milhões de euros, apresenta uma perspetiva de angariação destes fundos, um valor preocupante de 1,3 milhões de euros. Como exemplo, nas GOP para 2022, esta rubrica situava-se nos 3 milhões de euros. Permita-nos a desconfiança que o próprio Senhor Presidente nos colocou desde a sua tomada de posse, e o sinal em sentido completamente errado para as equipas da Câmara, quando refere que os fundos comunitários não serão o alfa e o ómega da nossa governação. A expressão infeliz, utilizada ontem, novamente, da qual acreditamos já se tenha arrependido, mas foi repetida, ontem, novamente. Desta forma, e atendendo aos argumentos explanados neste documento, após cuidada reflexão e ponderação, mesmo quando todas as inquietações e questões acima indicados, o PSD decide abster-se relativamente a esta proposta, a bem do superior valor da estabilidade e com a responsabilidade de um partido que se perfila e sempre se apresenta como matriz de governação equilibrada, rigorosa, ponderada na análise, ousada na governação e transparente. Disse.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:45:00")

«Obrigado, Margarida. Flor Agostinho. Prescinde? Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:45:09")

«Senhor Presidente, muito obrigado. Se houver alguma coisa numa segunda intervenção, darei resposta. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:45:18")

«Muito bem. Abro as inscrições para uma segunda intervenção. Partido Socialista, alguém se inscreve? Do 'Unir'? Do PSD? Do Chega. Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:46:01")

«Boa noite a todos. Eu tento mais uma vez... eu tenho levado tantas lições, aqui, de tanta gente que às vezes até me sinto pequeno vir aqui tentar explicar alguma coisa. E se nós vimos os quadros que o Senhor Presidente aqui apresentou e, infelizmente o tempo que teve, mas é a regra e não vale a pena estarmos a falar sobre isso, mas se calhar poderia ter explicado, tido oportunidade para explicar melhor toda esta situação.

Mas não tendo ele, vou tentar eu aproveitar e assim o fazer. É pena não ter a apresentação e aqueles quadros que o senhor Presidente aqui tinha presente que ajudava, se calhar, a explicar.

Efetivamente os investimentos que estão previstos fazer, apontam aqui para um valor de 22 milhões de saldo não definido. E quando olhamos para isto, realmente a mim também me surgiu algumas dúvidas, quando fiz a primeira leitura, e sou desta área, por isso compreendo perfeitamente. Se nós formos ver, principalmente ajuda-nos na página 70, em que nos apresenta o segundo anexo e que estamos a falar das grandes opções, no ponto 2 "Grandes Opções de Plano", nós vimos uma coluna onde faz referência ao que é orçamentado, faz referência ao que está definido. E faz referência ao que não se encontra definido como o próprio orçamento.

Só para dar um bocadinho de exemplo no caso... vamos para os casos maiores, para casos mais gordos, que é para nós percebermos um bocadinho melhor. O que temos aqui, por exemplo, nas escolas ou centros de saúde. Vamos, por exemplo, aqui, na escola secundária Doutor Carlos Celestino Gomes, em que tem um valor de financiamento definido de 500 euros, no nosso orçamento, e tem um valor de financiamento não definido de 2 milhões e 200, é quanto se espera investir. Vamos falar da reabilitação da Escola Básica do 2.º Ciclo da Gafanha da Nazaré. Tem, no valor definido de orçamento, 500 mil, estamos a falar de 1 milhão e meio não definido. Mas com certeza, eu não sei se o senhor Presidente me vai responder a mim, mas eu gostaria depois, se calhar, Senhor Presidente, gostaria se pudesse-me explicar, digamos assim, por que razão é que entendeu não colocar, por exemplo, a reabilitação da Escola Básica Ferreira José Pinto Bastos, onde prevê gastar, em 2024, 2 milhões e 200, mas, neste momento, o valor continua ainda não definido.

Vamos ver os centros de saúde. Estamos a falar em centro de saúde de Ílhavo. Prevemos, prevê-se gastar em Ílhavo, no centro de saúde, 1 milhão e 25, está orçamentado 25 mil euros, 1 milhão não está definido. E não está definido por razões técnicas, que eu gostaria que o Presidente me explicasse, que vai complementar para aí, nestas obras todas, para aí uns 12 milhões de euros, juntando ao saldo de caixa, ao saldo transferência de caixa, que nós aqui temos, na ordem dos 10 milhões que o Senhor Presidente apresentou ali, teremos então a capacidade financeira para executar estas coisas que parecem irrealistas, para fazer. Que é ousado? É. Se se vai conseguir levar tudo? Não sabemos, mas esperamos que sim. Obrigado, é só.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:49:38")

«Muito obrigado, Pedro Cristo. Senhor Presidente, faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:49:45")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Aqui o Senhor Vereador queria dar uma palavrinha e depois eu fecharei, então.

E agora quase que me obrigo também aqui dar duas respostas ou três, porque aqui numa nota ou noutra, fiquei aqui baralhado e quero também desmistificar isso.

E agradeço ao Pedro Cristo e ao UPF, também, aquilo que falou sobre as obras e aquilo que é importante também que os municípios saibam que está planeado. Pode até nem ser executado, mas fica para futuro como marca de planeamento, de organização e disciplina de trabalho e, portanto, as pessoas saberão reconhecer isso. Faz favor, senhor Vereador?»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:50':19")

«Boa noite a todos.

Temos uma vantagem na análise que, hoje, podemos fazer às intervenções, uma vez que estivemos, hoje, a ouvir exatamente as mesmas palavras que ouvimos na reunião de Câmara. Portanto, isso para nós foi uma vantagem, portanto, já estamos melhor preparados. E convido as pessoas, até, a verem as gravações da reunião de Câmara, porque, de facto, a intervenção que foi feita foi exatamente igual. E não obstante termos respondido a todas as questões e termos conseguido tentado explicar, infelizmente, se calhar, não fomos muito explícitos. E, dessa forma, hoje, as questões voltaram à discussão, pronto.

Mas, de facto, aquilo que foi dito dos projetos, eu gosto sempre falar nesta questão, porque já ontem frisei o reconhecimento dos técnicos no seu empenho nos últimos 2 anos para dar resposta a uma necessidade que nós tínhamos que era de realização. E, de facto, aqueles projetos, como já tivemos oportunidade de dizer, que estavam preparados e que eram possíveis de executar, foram executados. Mas, de facto não havia muitos.

Ainda hoje, também, ouvi aqui algo, que eu não sei se foi em jeito de piada ou se é mesmo desconhecimento, de que a obra do saneamento até já devia ter acabado. Uma obra que, felizmente, ainda hoje anunciámos nas redes sociais, um acompanhamento dessa empreitada, a empreitada de saneamento na Gafanha da Encarnação. Portanto, certamente que um tema das redes sociais que ontem foi tão falado, hoje acabou por ter impacto e até acaba por se trazer esse tema. Mas, de facto, a obra do saneamento iniciou-se em abril de 2022 e tem um prazo de 30 meses. Portanto, parece-me que ainda não está terminado o prazo da empreitada. À data de hoje a obra apresenta alguns atrasos que, de qualquer forma, poderão ser recuperados. Agora, o prazo de conclusão ainda está longe de terminar.

E, de facto, foi neste Executivo que se lançou essa empreitada. Se o projeto estava executado? Não estava quando tomámos posse, mas fizemos todos os esforços para que ele fosse terminado, e estamos a falar de um projeto sempre em conjunto com a AdRA.

E, de facto, foi nestes dois últimos anos que se desenvolveu o projeto de saneamento para a Gafanha do Carmo. Daí se ter lançado essa empreitada, o concurso para a execução da empreitada, agora no nos últimos dias.

O projeto para o saneamento da Gafanha da Boa Vista também está em desenvolvimento e esperamos também dentro de, tínhamos a expectativa de até ao final do ano conseguir concluir, iniciar os procedimentos de aprovação de projetos, para depois podermos lançar a empreitada, mas provavelmente, à data de hoje, podemos dizer que até ao final do ano, se calhar, não vamos conseguir fazer. Mas, certamente, que em janeiro podemos já estar confortáveis para trazer esse projeto para aprovação.

E, como este temos outros projetos. Recordo as condições indignas que os nossos funcionários desta Câmara Municipal tinham para trabalhar. Recordo os gabinetes onde chovia, os gabinetes onde tínhamos baldes porque chovia intensamente. Eu posso também afirmar que, dentro do meu gabinete, chovia. Portanto, essas condições foram alteradas. Foi feita uma intervenção nas coberturas, em conjunto com a da Casa da Cultura. Recordo que a sala de exposições da Casa da Cultura também não podia ser utilizada porque também chovia lá dentro.

Temos também outras empreitadas, como o Fórum da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré, que também nunca tinha ouvido falar dessa empreitada e foi, de facto, desenvolvido esse projeto pelos técnicos da Câmara Municipal. É uma empreitada, tal como eu tive, ontem oportunidade de dizer, tal como a do rés-do-chão do edifício da Câmara Municipal, que, infelizmente, não tiveram concorrentes no concurso que foi lançado e tivemos que voltar a levar estes concursos ao mercado na expectativa de podermos ter respostas.

Refiro também a rua lateral à escola secundária da Gafanha da Nazaré, uma das nossas principais escolas, com um número de alunos muito considerável, onde a maior parte dos alunos vão de bicicleta para a escola e onde as condições de acessibilidade não são as melhores, pelo que era premente que se melhorasse essas acessibilidades, e essa empreitada arrancou nas últimas semanas. E com a mesma finalidade também lançámos um procedimento para a abertura de uma nova via entre a rua das Cancelas e a EB 2,3 José Ferreira Pinto Basto.

Pronto, isto são algumas das obras que recordo e que foi trabalho feito nestes dois últimos anos, e que teve muito esforço dos técnicos municipais.

Portanto, é sempre bom recordar. E volto a dizer, tudo o que existia e que era possível executar nós lançámos esses procedimentos.

Entretanto, houve aqui muito trabalho de gabinete. Foram também referidos aqui alguns planos. Ressalvo que havia muitos planos, ainda existem alguns, que tinham mesmo que ser

revistos ou mesmo elaborados pela primeira vez, sob pena de não podermos recorrer a muitos financiamentos

Não falei das escolas, mas é porque já foram faladas várias vezes. Mas as três escolas que preparámos para candidatura ao PRR também foram desenvolvidos os projetos nestes últimos dois anos. E refiro também os dois centros de saúde que, ainda ontem, também deturparam a verdade e disseram que isso já estava pensado e feito há muito tempo. Não. Ou os dossiers desapareceram e ou então estou muito enganado porque não estava nada executado. Espero mesmo que o Senhor Presidente muito em breve nos possa dar boas notícias sobre os Centro de Saúde porque o trabalho, certamente, que terá resultados.

Senhor Presidente, era só isto que eu queria recordar, uma vez que, já na reunião de Câmara, tinha tido essa oportunidade e, uma vez que não foi retida essa informação e hoje foi outra vez abordada, acho que era importante reavivá-la. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:57':55")

«Muito obrigado, Senhor Vereador.

Agradeço até a referência que fez aos centros de saúde, porque é engraçado que quando falamos, ouvimos tanta coisa, aqui, errada e tomamos posse durante 22 minutos para dizer zero. E gostaria muito que todos nós ficássemos contentes com a aprovação das candidaturas, pelo PRR, dos dois centros de saúde: “Estão aprovados na sequência da candidatura 4004, apresentada por Vossas Excelências, referente à meta I.08 - requalificar e adaptar os edificios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade e a segurança e o conforto de utentes, profissionais, enquadrado num investimento de cuidados continuados de saúde”, tal, tal, tal, tal, “serve o presente para os informar que a mesma foi aprovada, por deliberação do Conselho Diretivo da ACSS, IP, conforme informação constante, com contrato, em anexo, para ser assinado”. Portanto, os dois centros de saúde estão aprovados. Uma candidatura, como o senhor Vereador disse. Portanto, que não haja dúvidas do trabalho que se está a fazer e muitas vão chegar em breve. Esse é um trabalho abnegado da minha parte, da equipa e, muito prezo, como o senhor Vereador disse, o trabalho dos nossos colaboradores municipais, extensivo desde um jardineiro àquele que, hoje, dirige a administração geral desta Câmara. E, portanto, estão todos de parabéns, porque todos eles contribuem diretamente para o sucesso das nossas organizações. Parabenizando também todo o trabalho que as Juntas vão fazendo em colaboração connosco. Se bem que há pessoas que continuam a insistir em recordar o que foi um Presidente de Junta e o que é um Presidente de Junta. Tudo isso. Falem de vocês, não falem dos outros, era o que deveriam aprender

Relativamente a outras questões, para ficarmos por aqui, relativamente, aos dois projetos e que devemos parabenizar-nos todos sobre isso, houve aqui questões que me foram feitas relativamente aos 40.1 milhões de euros.

Senhor Luís Leitão, eu vou-lhe passar a explicar, o senhor Pedro Cristo, ainda tocou ali algum modo, mas vou-lhe passar a explicar. É evidente que se, hoje, a Câmara Municipal, e acredito que tenha essa informação, naquilo que é o resumo de tesouraria, que vai às reuniões de Câmara e que é assinado por mim, diariamente, posso lhe dizer que no dia 16 deste mês, a Câmara tinha 10.021 milhões de euros no seu saldo de gerência, o que representava 8.6 milhões de dotação orçamental e 1.3 de dotações não orçamentais. Ou seja, relativamente àquilo que são cauções, que não são dinheiro nosso, mas temos que o guardar, face a obras que estamos a fazer. Este dinheiro, é aquele que temos disponível e se eu, hoje, resolvesse pagar tudo aquilo que tenho contratualizado, este dinheiro não cobria essa despesa. Isto é simples de ver isso.

Relativamente aos 40 milhões, o que nós temos é a existência de 17.6 milhões definido que saem diretamente daquilo que são as nossas receitas e que estão nos 36.7. E temos três coisas que todos vocês sabem e não foi escondido por ninguém. Esta aprovação, hoje, resume quase 5 milhões de euros que estão aqui. Tenho 10 milhões de euros para as escolas, 15, e se eu conseguir, naquilo que é a Comunidade Intermunicipal, mais 7, tenho mais 22 milhões de euros que é o que senhor tem ali definido. Com uma perspetiva da estratégia local da habitação poder receber mais 12 milhões e portanto, temos aqui 34 milhões de euros de captação de fundos, excluindo o que é o fundamental, e as candidaturas estão feitas, excluindo o Mar2020 e o Mar2030, as candidaturas estão a ser feitas à medida que abrem, excluindo as acessibilidades 360, que já nos candidatámos e recebemos valores. Todos os outros projetos, até poderia aqui falar aquilo que são os que estamos à procura de encontrar parceiros para que se realizem estes projetos. E, portanto, espero que lhe tenha clarificado esta situação do definido e não do definido, que é muito fácil quando nós brincamos com isto. Isto é muito fácil, não tem aqui problema nenhum.

É evidente que nós, dentro daquilo que é a nossa política orçamental, aquilo que é de gestão, podemos sempre recorrer à banca. Tenho muitos colegas, neste momento, que estão pendentes de fundos que vêm do BEI, mas recorde-lhe que a taxa de juro neste momento está proibitiva e portanto, eu penso que a Câmara de Ílhavo, até pelo reflexo de tudo o que ouvi aqui, hoje, tudo o que ouviu ao longo destes tempos, é melhor pensarmos com alguma prudência e termos algum cuidado porque os investimentos vão-se fazer todos. Não vai ficar nenhum por fazer. Eu tenho a responsabilidade que tive numa casa mais pequena, em casas maiores, até já nos confundimos, também, nas nossas vidas profissionais, portanto, não tenho problemas nenhum. Não me assusta, de maneira nenhuma, dizer-lhe a si ou qualquer membro que este orçamento desta Câmara, se puder levá-lo aos 40, aos 46, aos 47 milhões de euros, fico todo contente e deve ser também avaliado pela positiva da vossa parte.

E executar, vamos com calma. Vamos perceber se não andam aqui outras histórias por trás, se não andam aqui outras máquinas por trás, temos que fazer as coisas bem. E o senhor Vereador disse aqui uma coisa muito séria, que é na expectativa daquilo que é a avaliação de custo metro quadrado, hoje, que o Estado tem como referência, já não chega para as obras que nós estamos a lançar. E, portanto, eu não sei se esta folga orçamental poderá dar para isso. E nunca nos esqueçamos de uma coisa que referi no primeiro dia que disse, que andam esquecidos da mochila. Eu não me esqueci da mochila e a mochila tem que ser recordada. Porque essa é mais importante do alfa e do ómega. Tem que ser recordada. Que ela continua cá. Podemos empurrá-la para a frente, como vos disse, o senhor vai empurrar para a frente. Mas eu não empurro para a frente valores dessa... nem quero, nem quero que a minha equipa cometa esses erros. A equipa, quando eu falo, Câmara Municipal, 660 trabalhadores. É isso que nós temos que nos responsabilizar, porque os riscos de termos mais equipamentos é o risco de termos mais problemas. E também hoje, ouvi aqui uma referência ao Aquário dos Bacalhaus e ao nosso Museu Marítimo. Também temos problemas nas coberturas dos museus, que é fácil ler arrastando e meter lá uns baldes. Meter lá uns baldes, resolvem sempre esses problemas. O problema é quando chamamos alguém e nos dizem que são 220, está inscrito também no nosso orçamento. Está inscrito aquilo que foi gasto nos nossos centros de saúde, está inscrito. Tudo isso está inscrito. Até o projeto de iniciação à natação, porque eu acho que é uma referência que o município, e bem, os autarcas anteriores fizeram, e bem, que já deu aqui confusões, como sabe, nesta Assembleia, eu acho que deve fazer parte das Grandes Opções do Plano, porque é uma decisão, não tem nenhuma obrigatoriedade, é uma decisão que nós tomamos e que mantivemos. E, portanto, deve estar naquilo que é projetos de relevante interesse, para quem está na sua atitude. A mesma coisa de uma ponte, a mesma coisa do ACAREG, ninguém definiu. Por exemplo, falamos aqui de Juventude. Ontem vi aqui uma intervenção na área da Juventude. Nós vamos trazer mais 3.500 jovens ao nosso município, no mês de julho, agosto, para festejarem o Acampamento Regional de Escuteiros, com os agrupamentos de escuteiros a participar, com as nossas Juntas, com as nossas equipas da Câmara, com muitos voluntários, que, se não, não conseguíamos fazer porque é uma altura em que temos alguns festivais a decorrer, montagens e desmontagens

Portanto, estamos convictos que este orçamento terá as suas vitórias. É evidente que nem muitos as querem, não as querem ver, não é? Poderão senti-las mas não as querem ver. E, portanto, também estou convencido que aquilo que lhe disse há bocado, relativamente àquilo que poderá ser o saldo de gerência, ainda com as receitas perspetivadas do IMI que ainda vamos receber no mês de setembro e tudo, com aquilo que vamos ter despesa, pagamento de salários e fecho no máximo de faturas possível até 31, pode andar aqui num valor acima de 2 ou 3 milhões de euros. Porquê? Porque nós continuamos a garantir um volume de despesa até superior a 2022, mas a receita, nos tais impostos, subiu 3.4 milhões de euros. Esse é que é o problema. Ainda há outra coisa. Olhe, vou-lhe dizer só mais esta.

A extensão de saúde da Gafanha da Encarnação foi, também, pelo colega anterior, colocada para uma possível candidatura e financiamento. Eu nunca desisti desse financiamento e possivelmente até vou ter sorte, está a ver? É mais um valor que a Câmara já investiu e que vai recuperá-lo. A questão, olhe, por exemplo, da extinção da POLIS. Neste momento, fizemos contas, a Câmara vai receber 55 mil euros da extinção da POLIS. E todas estes valores vão adicionar-se aqui, que nós estamos em contínua negociação. Por exemplo, aquilo que foram os cálculos do Quadro 2020 para estes 5 anos, entre aquilo que foi os valores elegíveis e os valores que foram programados de financiamento, agora vai haver um reajuste. Tipo um prémio, está a ver? Portanto, ainda das obras que receberam ainda vou receber um prémio. Portanto, é mais um valor. Mas isto é normal no quadro comunitário, isto é normal no quadro comunitário. Portanto, está a ver, aqui falei-lhe só de quase meio milhão de euros.

Estava esperado por mim, não estava. Ninguém me garantiu, agora lutou por ele e continuou a lutar por ele. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:07':39")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 5 da ordem do dia, “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Muito bem. Portanto, as “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024” foram aprovadas por maioria, com zero votos contra, 17 abstenções, do PSD, do PS e do Chega, e 8 votos a favor.»

Ponto 6. "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:07':39")

«Muito obrigado. É uma hora e dois minutos. Mas eu creio que se justifica que avancemos para o ponto 6, que é o último ponto.

Portanto, ponto 6 “Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024”. E dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:08':52")

«Obrigado. Isto é um formalismo, portanto agradeço-lhe ter passado, mas todos os autarcas que estão nesta Assembleia conhecem o documento, portanto, passarei a palavra ao Senhor Presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:09':05")

«Muito obrigado. Abro a primeira ronda de inscrições. Do PS? Do ‘Unir’? Do PSD? Do Chega? Não há inscrições. Senhor Presidente, não sei se quer dizer alguma coisa. Ficamos por aqui? Muito obrigado.

Muito bem. Não havendo intervenções, portanto, vamos colocar à votação o ponto 6 da ordem do dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a “autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024” foram aprovadas por unanimidade, com 25 votos a favor.»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:09':56")

Para concluir, antes de encerrarmos a sessão, peço ao nosso Primeiro Secretário que leia a Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do edital com as deliberações.

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (04:10':13")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (04:11':31")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:12 do dia 1 de dezembro.

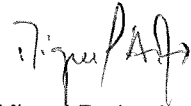
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Setembro, realizada a 30 de novembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Novembro Segunda Reunião de 30NOV2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Modesto Manuel dos Santos			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 30 de novembro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO (reunião de 30 de novembro de 2023)

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos de continuidade da Ordem do Dia:

Ponto 4. "Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2024":

4.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2024.

Aprovado por 7aíouz, com 8 votos a favor, 14 abstenções e ✓ contra.

4.2. Derrama para 2024.

Aprovado por 7aíouz, com 6 votos a favor, 18 abstenções e 1 contra.

4.3. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2024.

Aprovado por 7aíouz, com 9 votos a favor, 16 abstenções e ✓ contra.

Ponto 5. "Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024".

Aprovado por 7aíouz, com 8 votos a favor, 17 abstenções e ✓ contra.

Ponto 6. "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2024". Ato deliberativo: aprovação.

Aprovado por Unanimidade com votos a favor, abstenções e contra.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 30 de novembro de 2023, respeitante à segunda reunião da Sessão Ordinária de Novembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos